

SOEM

SEMANÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA

www.ilhasolteira.sp.gov.br

Sexta-feira, 12 de abril de 2024 Prefeitura Municipal de Ilha Solteira





www.facebook.com/prefeituramunicipaldeilhasolteira

www.twitter.com/pmisa_oficial

SOEM - SEMANÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA

Lei nº 1959, de 12 de j ulho de 2012. Decreto nº 5432, de 12 de j ulho de 2012.

Setor Responsável:

Departamento de Secretaria Municipal Endereço: Prédio Central Praça dos Paiaguás, 86

Editor - Assinante Digital:

Claudio Lauro Garcia

Projeto - Suporte Técnico:

Setor de Informática

Peridiocidade:

1 edição semanal, às sextas-feiras, à partir das 13h30.

*Edições extraordinárias poderão ser realizadas quando estritamente necessárias e justificadas.

Site Oficial:

http://www.ilhasolteira.sp.gov.br/index.php/publicacoes/category/2-soem-semanario-oficial-eletronico-do-municipio

E-mail Oficial:

publicacaosoem@ilhasolteira.sp.gov.br

Telefone:

(18) 3743.6000 (ramal 6135)

Certificação Digital:

O Semanário Oficial Eletrônico do Município de Ilha Solteira, tem a sua autenticidade e integridade assegurada por certificação digital proveniente de Autoridade Certificadora integrante da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo



AVISO N° 015/2024 PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

(art. 75, § 3°, Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

Órgão: Prefeitura do Município de Ilha Solteira.

Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021

A Prefeitura do Município de Ilha Solteira, em cumprimento ao disposto no art. 75, § 3°, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na prestação de serviço de assessoria em contabilidade pública conforme solicitação do Departamento de Finanças - Secretaria Municipal de Governo.

			ı		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	O objeto consiste na prestação de serviços técnicos contínuos especializados, de natureza predominantemente intelectual, para a orientação à gestão governamental, de forma preventiva e consultiva, das áreas de contabilidade, orçamento, finanças e fiscal, visando o atendimento da legislação e normas técnicas regulamentares, atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A orientação técnica poderá abranger as seguintes atividades relacionadas às áreas de atuação: Emissão de notas de orientação escritas acerca de matérias das áreas deste objeto, necessárias ao conhecimento dos integrantes do corpo técnico da Prefeitura, e, úteis ao processo gerencial e de tomada de decisões; Acompanhamento no fechamento e apuração de resultados mensais, com emissão de relatórios gerenciais; Acompanhamento na abertura e encerramento do exercício financeiro, tais como: abertura de saldos bancários, transferência de restos a pagar, transferência de restos a pagar, transferência de restos a pagar, transferência de rostos a pagar, transferência de ladoração dos programas e ações que irão compor a estrutura do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentária, em compatibilidade com as		04	R\$	R\$





emissão de pareceres com apontamentos para tomada de decisão; Orientações em rotinas de EFD-Reinf, DCTF-Web, e outras obrigações acessórias decorrentes deste objeto;

retent, DC 1 Pevete, Journas buritagarpes accessórias decorrentes deste objeto, Orientações e a companhamento no fechamento e apuração de obrigações accessórias da folha de pagamento, Orientação geral na escrituração das referenta eos seguintes processos: Pagamentos de processos orçamentários e extraorçamentos para porte de processos orçamentários e extraorçamento da Orientação no processamento da conciliação bancária; Conciliação por processamento da ordentação no processamento da ordentação no processamento da ordentação no correta utilização dos recursos financeiros, mediante seus vínculos (fontes de recurso e códigos de aplicação). Orientação no gerenciamento das contas extra orçamentárias de consignações; Levantamento de informações e Levantamento de informações e

Levantamento de informações e elaboração de fluxo de caixa para reunião com o Chefe do Poder Executivos e Diretore para avaliação da situação fiscal das contas Públicas e orientações para tomada de

demonstrativos bimestrais e de gestão fiscal (LRF);

Acompanhamento na realização de audiência pública quadrimestral junto à Câmara Municipal;

Preparação do balanço geral para prestação de contas junto ao TCE e Secretaria do Tesouro Nacional;

Orientações para elaboração, Orientações para elaboração, conferência e envio de planilhas eletrônicas ao SIOPS (Sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde), conforme calendário de atividades;

Orientações para elaboração, conferência e envio de planilhas eletrônicas ao di SIOPE (Sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), conferência e envio de planilhas eletrônicas ao dis SIOPE fisicais do Setor Público entre de cenivo de planilhas eletrônicas ao dis SICONFI (Sistema de Informações Contâbeis e Fisicais do Setor Público Brasilerio);

Orientações para elaboração.

Orientações para elaboração Orientações para elaboração, conferência e envio de planifinas eletrônicas da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) da Secretaria do Tescuro Nacional; conferência e envio de planifinas eletrônicas do Cadastro da Divida Pública (CDP) no Sistema de Análise da Divida Pública,



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo.



Operações de Crédito e Garantias da Uniã Estados e Municípios (SADIPEM), da

L'estados e Municípios (SADIPEM), da Secretaria do Tesouro Nacionau; ao de Orientações gerais e execução de procedimentos visando dar atendimento aos processos que viabilizem o encaminhamento de informações mensais ao AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relacionados à Fase I - Dados Contábeis e Planejamento; Fase II - Prestação de Contas Anusis: Anuais

Anuais;

Orientação aos integrantes do corpo técnico dessa Prefeitura em matérias das áreas deste objeto, via reunidos por video conferência, contatos telefônicos, mensagen eletrônicas (e-mail ou aplicativos sociais) e outros meios de comunicação adequados;

Emissão de parecerse escritos e/ou por meio dos sistemas de comunicação adeletrônica (e-mail soarea de comunicação adeletrônica (e-mail) soarea de outure tiese destrônica (e-mail) soarea de outure tiese de outu

por intelo dos sistemas de continuitação eletrônica (e-mail), acerca de questões formuladas por integrantes do corpo técnico da Prefeitura, e por ela credenciados, em matérias das áreas deste objeto;

rua rirereitura, e por ela credenciados, em matérias das áreas deste objeto;
Atendimento direto de consultas acerca de assuntos das áreas deste objeto, por meio dos sistemas de comunicação telefônica, sempre que solicitado pelos integrantes do corpo técnico da Prefettura Municipal, e por ela credenciados;
Atendimento a consultas diretas presenciais, para a discussão e resolução de problemas relativos às áreas objeto do contrato, com integrantes do corpo técnico da de problemas relativos às áreas objeto do contrato, com integrantes do corpo técnico da experiencia contratada, na sua sede, our en casos específicos, na sede da Administração ou em local definido pela Prefeitura.

PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: LOCAL: Praça dos Paiaguás n.° Centro -Setor de Licitações -Ilha Solteira/SP OU e-mail ATÉ A DATA: 17/04/2024 ATÉ ÀS

compras@ilhasolteira.sp.gov.br CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS
TELEFONE: (18) 37436020 | E-MAIL: compras@ilhasolteir

Ilha Solteira/SP, 12 de abril 2024.

Otávio Augusto Giantomassi Gomes



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira

AVISO N° 016/2024 PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

(art. 75, \S 3°, Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

Órgão: Prefeitura do Município de Ilha Solteira.

Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133,

Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021

A Prefeitura do Município de Ilha Solteira, em cumprimento ao disposto no art. 75, § 3°, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no fornecimento de hidrômetros para substituição dos que estão danificados conforme solicitação do Departamento de Água e Esgoto - Secretaria Municipal de Obras de Manutenção Manutenção.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HIDRÔMETRO MONOJATO H/V MAGNÉTICO CLASSE B Qmax. 3m³/h Qn 1,5 m³/h Qmin. 30 I/h x 3/4", COM CARCAÇA EM BRONZE OU LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE ROSCA BSP, TEMPERATURA MAXIMA 40° C E PRESSÃO MÁXIMA DE 10 BAR, COM RELOJOARIA INCLINADA 45°	uni	600	R\$	R\$
02.	HIDROMETRO MULTIJATO DIÂMETRO 1.1/2 CLASSE B Qmax. 20m³/h Qm 10m³/h Qmin. 2001/h COM CARCAÇA EM BRONZE OU LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE E ROSCA BSP, TEMPERATURA MÁXIMA 40° C E PRESSÃO MÁXIMA DE 10 BAR COM CONEXÕES E ANEL DE VEDAÇÃO	uni	06	R\$	R\$
03.	HIDRÓMETRO MONOJATO H.V MAGNÉTICO CLASSE B 5m³h x 3/4°, COM CARCAÇA EM BRONZE OU LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE E ROSCA BS, TEMPERATURA MAXIMA 40° C E PRESSÃO MÁXIMA DE 10 BAR	uni	05	R\$	R\$

- Prazo para o pagamento: até 30 dias da entrada da nota fiscal na cesouraria da contratante.

PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:

ATÉ O HORÁRIO: 17:00 OCAL: Praça dos Paiaguás n.º Centro -Setor de Licitações lha Solteira/SP OU e-ma TE A DATA: 17/04/2024 Ilha e-mail



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



	CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS
TELEFONE: (18)3743- 6074	E-MAIL: marcos.mendonca@ilhasolteira.sp.gov.br

Ilha Solteira/SP, 12 de abril 2024.





AVISO N° 017/2024 PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

(art. 75, § 3°, Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

Órgão: Prefeitura do Município de Ilha Solteira.

Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021

A Prefeitura do Município de Ilha Solteira, em cumprimento ao disposto no art. 75, § 3°, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na prestação de serviços de manutenção de forro na unidade básica de saúde PSF Bela Vista, de acordo com as especificações e condições estabelecidas a seguir e conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR TOTAL
01	- retirada do forro velho e limpeza os desejos de pombas e pardais - 1 sv - fornecimento e instalação de passarinheiras - 258 und - fornecimento e instalação de forro para o beiral - 39 metros - fornecimento e instalação de forro de pvc de 10 milimetros - 216 metros - barras de molduras pvc - 42 und - parafusos 45x35 brocante - 490 und - parafusos 42x13 agulha - 3800 und - silicones branco - 27 und - emendas rigida - 2 und - arremate U - 2 Und		01	R\$
	Prazo de execução: 30 diaas			

- Prazo para o pagamento: até 30 dias da entrada da nota fiscal na tesouraria da contratante.

PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:

ATÉ A DATA:	ATÉ O HORÁRIO:	LOCAL: Praça dos Paiaguás n.º 86
17/04/2024	17:00	- Centro -Setor de Licitações -
		Ilha Solteira/SP OU e-mail
		compras@ilhasolteira.sp.gov.br
	CONTATO PARA IN	FORMAÇÕES ADICIONAIS
TELEFONE:		FORMAÇÕES ADICIONAIS lilhasolteira.sp.gov.br
TELEFONE: (18) 3743-		•
		•

Ilha Solteira/SP, 12 de abril 2024.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo

ou lâminas com largura de 200 mm e espessuras de 10 a 15 mm, conforme o fabricante; estrutura de sustentação primária, em tubos de aço galvanizado de 20 x 20 mm, espessura de 1 mm, com espaçamento máximo de: 500 mm, para lâminas de 100 mm, 800 mm, para lâminas de 200 mm; estrutura de sustentação se-

de 200 mm; estrutura de sustentação se-cundária em perfil cartola de 1 1/4 x 5/8, espessura de 0,7 mm, com espaçamento

espessura de 0,7 mm, com espaçamento máximo de: 1000 mm, para lâminas de 100 mm, e 1200 mm, para lâminas de 200 mm; materiais acessórios para fixanção; cantoneiras em PCC, para arremates em geral; referência comercial T100 / T200 da Tigre, Multiperfil MP100 / MP200 da Multiplast, Plastiforro 100 / 200 da Petrol, 100 / 200 da Medabil, 100 / 200 da Anflo ou equivalente

MANUTENÇAO PREVENTIVA E COR-RETIVA DO CALÇAMENTO Será medido por volume de piso em concreto simples executado, na espessura indicada em projeto (m³). O item remunera o fornecimento de ci-

O item remunera o fornecimento de ci-mento; areia; pedra britada nº 1; remune-ra também o fornecimento de materiais acessórios e a mão de obra necessária para o preparo do concreto, lançamento e a execução com acabamento desem-penado, em concreto preparado no local, sem o controle do fck.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E COR-RETIVA EM PORTAS E FECHADURAS Retirada de fechadura ou fecho de embu-

Será medido por unidade de fechadura ou fecho retirados (un) O item remunera o fornecimento da mãode-obra necessária para a retirada da fe chadura ou fecho de embutir, a seleção e guarda das peças reaproveitáveis Recolocação das fechaduras e fechos de sobrepor Será medido por unidade colocada (un).

Será medido por unidade colocada (un).

O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios e mão-de-obra necessária para a instalação completa da fechadura e fechos

Mola aérea para porta, com esforço acima de 50 kg até 60 kg

Será medido por unidade do mola ins

Será medido por unidade de mola ins-

O item remunera o fornecimento de ola aérea, para portas e / ou portões

lada (un).

Anflo ou equivalente.



AVISO N° 018/2024 PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS (art. 75, § 3°, Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021)

Órgão: Prefeitura do Município de Ilha Solteira.

Fundamento Legal: art. 75, inc. VIII, da Lei 14.133, de de abril de 2.021

Município Prefeitura de A Frefeitura do Município de lina Soiteira, em cumprimento ao disposto no art. 75, § 3°, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2.021, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na prestação de serviços de manutenção na unidade básica de saúde da família Sylvia Tucunduva da Silva, de acordo com as especificações e condições estabelecidas a seguir e conforme solicitação da Secretaria de Saúde e conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR TOTAL
01	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E COR- RETIVA DO TELHADO E FORRO REtirada de telhadamento em barro 1) Será medido pela área do telahada- mento retirada (m²). 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a retirada completa de telhadamento em barro, em gerat; a seleção e a guarda das peças re- aproveitáveis. Recolocação de telhadamento em barro Será medido pela área de telhadamento executado (m²) O item remunera o fornecimento da mão- de-obra necessária para a instalação completa de telhadamento em barro. Limpeza de telhado Será medido por comprimento O item remunera o fornecimento da mão-de-obra, bem como os materiais ne- cessários para limpeza de telhado em barro Limpeza em calhas Será medido por comprimento (m) O item remunera a limpeza de calhas ou rufos em chapa galvanizada, inclusive materiais e acessórios Limpeza em morro PVC Será medido pela área de forro (m²)) O item remunera a limpeza de forro al- veolar extrudado, em lâminas de PVC rigido, autoextinguível, imune à corrosão, resistente a álcool e materiais de limpeza, constituído por. lâminas com largura de 100 mm e espessuras de 8 a 10 mm,	Sv	01	R\$



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira







com as características: tamanho compac-to, com duas válvulas independentes, onde uma controla a velocidade de fe-chamento de 180° até 20° e a outra o fe-chamento final de 20° até 0°; braço com engate rápido; reversível podendo se instalada à esquerda ou á direita, sem ininstalada a esquerda ou a direita, sem in-verte o mecanismo; acabamento em es-malte sintético à base de poliuretano, em várias cores; referência comercial mola hidráulica aérea MA 200 potência 3 fabri-cação Dorma, linha 770 da Desafe ou ocupidades.

Remunera também materiais e aces sórios e a mão de obra necessária para a instalação completa da mola em portões em geral, que necessitem esforço para a abertura de 50 até 60 kg.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E COR-RETIVA DE ALAMBRADOS E POR-

Substituição de cerca em tela de aço gal-vanizado de 2', montantes em mourões de concreto com ponta inclinada e arame famado.

arpado Será medido por comprimento de cerc executada (m). O item remunera o fornecimento e instalação de cerca em tela de aço galvaniza do com montantes em mourões de con-creto, constituída por: fornecimento e ins-talação de mourões de concreto armado talação de mouroes de concreto armado, com a ponta inclinada a 45º, seção mínima da base 10 x 10 cm, seção mínima do topo 8 x 7 c, conforme o fabricante, tre-cho reto com 260 cm, trecho inclinado com 40 cm, totalizando um desenvolvi-mento de 300 cm, e na projeção vertical 290, com furos, cravados num espaça-mento máximo de 2 40 m : fornecimento mento máximo de 2,40 m; fornecimento e instalação de tela, tipo Zinc Fence da Universal, Incotela ou equivalente, com malha ciclônica tipo "Q" de 2" (50 x 50 malha ciclònica tipo "Q" de 2" (50 x 50 cm) fio BWG 10 (3,40 mm), fabricada em fio de aço doce com tensão média de ruptura de 40 a 60 kg / mm² de acordo com a NBR 5589, galvanizado por imersão em banho de zinco antes de tecer a malha, com uma quantidade mínima de zinco da ordem de 70 g / m² NBR 6331, com acabamento lateral de pontas dobrases fixada por mio de cabos tensores e das, fixada por mio de cabos tensores e arames de amarração; fornecimento e instalação de três fiadas de arame trançado farpado, na projeção superior incli nada com desenvolvimento de 0,40 m, bi



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira

tola BWG 16 (1,6 mm), galvanizado categoria A, resistência classe A, carga de ruptura de 350 kgf, com farpas a cada 125 mm conforme NBR 6317; forecimento e instalação de contraventamentos a cada 30,00 m, ou nos seccionamentos, utilinais de cerca arame galvanizado fin ou finais de cerca; arame galvanizado fio BGW 14; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços, limpeza do terreno; perfuração para a colocação dos mourões; aloja-mento dos mourões com um mínimo de 0,6 cm de recobrimento; instalação da tela galvanizada, instalação do arame far reaterro, regularização e compac tação do terreno. zo para o paga

PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:

LOCAL: Praça dos Paiaguás n.º - Centro -Setor de Licitações Ilha Solteira/SP OU e-ma ATÉ A DATA: ATÉ O HORÁRIO: 17:00 ompras@ilhasolteira.sp.gov.br

CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS E-MAIL:compras@ilhasolteira.sp.gov.h

TELEFONE:

Ilha Solteira/SP, 12 de abril 2024.





AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2024 PREGÃO Nº 004/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

FORMA: PRESENCIAL

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10 e Etanol) no sistema boca do tanque, com entrega parcelada, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

LEGISLAÇÃO: Lei Federal <u>14.133/21</u>, Lei Complementar Federal <u>123/06</u>, os Decretos Municipais n° <u>7448/24</u> e <u>7450/24</u>, e alterações.

DATA DA REALIZAÇÃO: Dia **24 DE ABRIL DE 2024,** com início às 09:00 horas (horário de Brasília), que será gravada em áudio e vídeo.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de Reuniões de Licitações da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira/SP – CEP: 15.385-009.

Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados no PNCP, no site: www.ilhasolteira.sp.gov.br e na Divisão de Compras e Licitações, Sala 01 da Prefeitura, no endereço acima indicado. Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (18) 3743-6020 ou email: compras@ilhasolteira.sp.gov.br.

Ilha Solteira, 10 de abril de 2024.

Otávio Augusto Giantomassi Gomes Prefeito Municipal



Demonstrativo de Aplicação no Ensino
(Artigo 212, da Constituição Federal de 1998; Artigo 256, da Constituição Estadual)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

	RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL		
Pre	visão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)	
PRÓPRIOS	14.408.000,00	2.250.536,54	TOTAL (25%)	42.402.000,00	6.286.631,88	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	38.200.000,00	7.533.819,04				
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	117.000.000,00	15.362.171,94				
TOTAL	169.608.000,00	25.146.527,52				
RETENÇÕES AO FUNDEB	30.440.000,00	4.579.198,06				
RECEITA LÍQUIDA	139.168.000,00	20.567.329,46				

		DESPES#	AS PRÓPRIAS EI	M EDUCA	ÇÃO			
			DESPESAS TOTA	AIS				
	Dotacao Atualizao (para o Exercicio		Despesa Empenha (ate o Periodo)	da	Despesa Liquidad (ate o Periodo)	la	Despesa Paga (ate o Periodo)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TOTAL	57.915.000,00	34,15	9.325.576,16	37,08	6.481.726,60	25,78	5.571.908,89	22,16
EDUCAÇÃO INFANTIL	11.473.000,00	6,76	2.326.922,37	9,25	1.315.583,47	5,23	653.079,28	2,60
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	16.002.000,00	9,43	2.419.455,73	9,62	586.945,07	2,33	339.631,55	1,35
RETENÇÕES AO FUNDEB	30.440.000,00	17,95	4.579.198,06	18,21	4.579.198,06	18,21	4.579.198,06	18,21
			DEDUÇÕES					
TOTAL			333.729,51	1,33	341.167,91	1,36	1.866.603,33	7,42
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO			333.729,51	1,33	341.167,91	1,36	1.866.603,33	7,42
			DESPESAS LÍQUI	DAS				
TOTAL			8.991.846,65	35,76	6.140.558,69	24,42	3.705.305,56	14,73
EDUCAÇÃO INFANTIL			2.326.922,37	9,25	1.315.583,47	5,23	653.079,28	2,60
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			2.419.455,73	9,62	586.945,07	2,33	339.631,55	1,35
RETENÇÕES AO FUNDEB			4.245.468,55	16,88	4.238.030,15	16,85	2.712.594,73	10,79

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal

GISELE MORAES PORTELA Contadora

NILVA FERNANDA GARCIA M. DE PAULA Secretária de Educação

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/1 - 12/04/2024 10:03 sdrce.swca

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Balanço Orçamentário

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

RECEITAS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		/ISTAS O MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES				241.050.000,00	241.050.000,00	42.605.	300,98	35.788.880,54	205.261.119,46
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA				15.808.000,00	15.808.000,00	1.464	919,61	2.364.902,16	13.443.097,84
CONTRIBUIÇÕES				8.893.500,00	8.893.500,00	1.517	306,53	1.371.256,87	7.522.243,13
RECEITA PATRIMONIAL				7.982.000,00	7.982.000,00	1.398	.665,17	357.151,57	7.624.848,43
RECEITA DE SERVIÇOS				7.360.000,00	7.360.000,00	1.183	139,61	1.185.711,64	6.174.288,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				199.090.000,00	199.090.000,00	36.775	375,17	29.707.810,11	169.382.189,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				1.916.500,00	1.916.500,00	265	.894,89	802.048,19	1.114.451,81
RECEITAS DE CAPITAL				28.200.000,00	28.200.000,00	4.332.	780,70	575.367,61	27.624.632,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				15.000.000,00	15.000.000,00	2.500	.000,00	0,00	15.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS				1.000.000,00	1.000.000,00	166	114,00	163.718,38	836.281,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				12.200.000,00	12.200.000,00	1.666	.666,70	411.649,23	11.788.350,77
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				30.440.000,00	30.440.000,00	5.865.	319,91	4.579.198,06	25.860.801,94
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				21.190.000,00	21.190.000,00	3.531.	666,68	4.527.639,05	16.662.360,95
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)				260.000.000,00	260.000.000,00	44.604.	428,45	36.312.689,14	223.687.310,86
OP. DE CRÉDITO - REFINANC. (II)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANC. (III) = (I + II)				260.000.000,00	260.000.000,00	44.604.	428,45	36.312.689,14	223.687.310,86
DÉFICIT (IV)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL(V) = (III + IV)				260.000.000,00	260.000.000,00	44.604.	428,45	36.312.689,14	223.687.310,86
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENT./ REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	SALDO A EMPENHAR	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
DESPESAS CORRENTES	205.307.000,00	-431.260,00	204.875.740,00	46.588.934,23	23.804.734,63	13.050.756,62	158.286.805,77	22.784.199,60	10.753.978,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.641.000,00	0,00	109.641.000,00	14.767.352,65	14.756.348,79	7.725.615,12	94.873.647,35	11.003,86	7.030.733,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	19.521,54	19.521,54	0,00	80.478,46	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.566.000,00	-431.260,00	95.134.740,00	31.721.581,58	9.028.864,30	5.305.619,96	63.413.158,42	22.692.717,28	3.723.244,34
DESPESAS DE CAPITAL	35.649.000,00	705.260,00	36.354.260,00	6.154.896,18	1.309.988,63	1.162.672,63	30.199.363,82	4.844.907,55	147.316,00
INVESTIMENTOS	33.348.000,00	705.260,00	34.053.260,00	5.638.649,57	992.241,52	844.925,52	28.414.610,43	4.646.408,05	147.316,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	51.000,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	516.246,61	317.747,11	317.747,11	1.733.753,39	198.499,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	199.000,00	0,00	199.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTARIAS	18.845.000,00	0,00	18.845.000,00	2.824.368,75	2.824.368,75	1.840.455,78	16.020.631,25	0,00	983.912,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	260.000.000,00	274.000,00	260.274.000,00	55.568.199,16	27.939.092,01	16.053.885,03	204.506.800,84	27.629.107,15	11.885.206,98
AMORT. DÍVIDA - REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB. COM REFINANC. (VIII)=(VI + VII)	260.000.000,00	274.000,00	260.274.000,00	55.568.199,16	27.939.092,01	16.053.885,03	204.506.800,84	27.629.107,15	11.885.206,98
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.373.597,13	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII + IX)	260.000.000.00	274.000.00	260,274,000,00	55.568.199.16	36.312.689,14	16.053.885.03	204.506.800.84	27.629.107.15	11.885.206,98

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA

RAFAEL MIRANDA MAIA

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 1/1 - 12/04/2024 09:52 sdrce.swwr

Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB (Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

RECEITAS DO	FUNDEB		RETENÇÕES AO FUNDEB			
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Prev. Atualizada Para Exercicio	Retido Ate o Periodo	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS, exceto VAAR (I)	20.050.000,00	3.805.267,81	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	30.440.000,00		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS VAAR (II)	0,00	58.352,90				
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS, exceto VAAR (III)	50.000,00	8.053,20				
RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS VAAR (IV)	0,00	0,00				
TOTAL (I+II+III+IV)	20.100.000,00	3.871.673,91				

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS			APURAÇÃO DO RESULTADO I	DO FUNDEB ATÉ O PE	RIODO
	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Transferências Recebidas	Retenções
TOTAL, exceto VAAR (I+III)	20.100.000,00	3.813.321,01	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS, exceto VAAR (I)	3.805.267,81	4.579.198,06
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (70% DO TOTAL, exceto VAAR)	14.070.000,00	2.669.324,71			

Diferença (Recebido-Retido): (Perda)

-773.930,25

					, ,			
		DESPES	AS COM RECURSO	S DO FUND	ЕВ			
			DESPESAS TOTA	AIS				
	Dotacao Atualiza (para o Exercicio		Despesa Empenha (ate o Periodo)	da	Despesa Liquidad (ate o Periodo)		Despesa Paga (ate o Periodo)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TOTAL	31.020.000,00	154,32	3.529.891,20	91,17	3.522.452,80	90,98	1.997.017,38	51,58
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	19.700.000,00	98,00	3.529.891,20	92,57	3.522.452,80	92,37	1.997.017,38	52,37
OUTRAS E VAAR	11.320.000,00	56,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			DEDUÇÕES					
TOTAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS E VAAR			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			DESPESAS LÍQUI	DAS				
TOTAL			3.529.891,20	91,17	3.522.452,80	90,98	1.997.017,38	51,58
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO			3.529.891,20	92,57	3.522.452,80	92,37	1.997.017,38	52,37
OUTRAS E VAAR			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 10:04 sdrce.swcx

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo de Aplicação no FUNDEB (Artigos 25 e 26 Lei Federal n 14.113/2020)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Despesas de Capital - art. 27 Lei 14.113/2020

Total da Complementação da União VAAT arrecadado Percentual mínimo de aplicação - Despesa de Capital	Despesa Empenhada (ate o Periodo)		0,00 15% Despesa Liquidada (ate o Periodo)		Despesa Paga (ate o Periodo)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Complementação da União VAAT - Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Recursos recebidos a título de Complementação da União VAAT - Aplicação em Educação Infantil - art. 28 Lei 14.113/2020											
Percentual mínimo de aplicação - Educação Infantil 50%											
	Despesa Empenhada (ate o Periodo)		Despesa Liquidada (ate o Periodo)		Despesa Paga (ate o Periodo)						
	Valor	%	Valor	%	Valor	%					
Complementação da União VAAT	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00					

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA Contadora NILVA FERNANDA GARCIA M. DE PAULA Secretária de Educação

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 2/2 - 12/04/2024 10:04 sdrce.swcx

Demonstrativo de apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo (artigo 22, Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da LC. 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)

Período: Março/2023 a Fevereiro/2024

Órgão: Poder Executivo

					DESPESAS	COM PES	SOAL						
ESPECIFICAÇÃO	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	TOTAL
VENCTOS. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ATIVO	4.162.776,66	4.116.677,94	4.496.404,70	5.517.173,14	4.457.427,69	4.414.445,11	4.474.224,07	4.393.616,98	4.418.294,70	7.917.096,40	4.241.722,96	4.357.157,87	56.967.018,22
REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS	123.717,31	123.717,31	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	128.888,73	1.536.321,92
ENCARGOS SOCIAIS	1.491.782,14	1.525.174,51	1.601.619,52	1.640.863,54	1.636.154,24	1.682.078,48	1.633.503,70	1.674.000,69	1.573.919,33	3.116.125,23	1.862.223,20	1.059.929,28	20.497.373,86
INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS	1.887.195,59	1.898.839,30	2.716.180,87	1.985.820,39	2.017.907,25	2.253.221,69	2.166.559,06	2.254.587,52	2.240.334,23	3.565.799,43	2.279.328,52	2.309.270,03	27.575.043,88
DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORCAMENTARIAMENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS E OBRIGAÇÕES (VARIÁVEIS)	303.850,05	331.145,69	347.879,05	328.392,23	333.943,46	249.266,12	208.624,43	209.753,73	237.867,02	190.999,34	194.283,20	151.171,07	3.087.175,39
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.207,29	20.207,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABAI HISTAS	83.898,52	196.159,71	168.747,42	163.033,87	513.347,06	862.968,16	592.461,74	630.695,25	166.588,58	823.053,23	193.272,56	56.108,03	4.450.334,13
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (I)	8.053.220,27	8.191.714,46	9.459.720,29	9.764.171,90	9.087.668,43	9.590.868,29	9.204.261,73	9.291.542,90	8.765.892,59	15.741.962,36	8.899.719,17	8.082.732,30	114.133.474,69
				DEDU	ÇÕES (§ 1º de	o Artigo 19º o	da LC 101/00)						
ESPECIFICAÇÃO	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024	TOTAL
DECORRENTES DECISÃO JUDICIAL E EXERCÍCIO ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.207,29	20.207,29
DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS	1.887.195,59	1.898.839,30	2.668.246,74	1.985.820,39	1.939.695,97	2.253.221,69	2.069.424,83	2.217.574,69	2.152.136,13	3.357.122,91	2.091.973,73	2.245.326,15	26.766.578,12
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022)	115.382,40	110.776,80	119.504,00	122.320,00	119.856,00	119.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.079,20
VENCIMENTO DO PISO SALARIAL ENFERMEIROS - EC 127/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	2.002.577,99	2.009.616,10	2.787.750,74	2.108.140,39	2.059.551,97	2.372.461,69	2.069.424,83	2.217.574,69	2.152.136,13	3.357.122,91	2.091.973,73	2.265.533,44	27.493.864,61
					DESPESA LIC	UIDA COM PI	ESSOAL						
TOTAL LÍQUIDO (1-II)	6.050.642,28	6.182.098,36	6.671.969,55	7.656.031,51	7.028.116,46	7.218.406,60	7.134.836,90	7.073.968,21	6.613.756,46	12.384.839,45	6.807.745,44	5.817.198,86	86.639.610,08

Nota Explicativa:

1. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente com ativos, inativos e pensionistas;
2. Para a apuração da dedução do Regime Próprio de Previdência é considerado mensalmente a despesa de inativos e pensionistas até o limite da receita arrecadada, conforme demonstrativo disponibilizado no site do Tribunal de Contas.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal

GISELE MORAES PORTELA Contadora

RAFAEL MIRANDA MAIA

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo dos Restos a Pagar (Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

· circus: jamen c/202 · a · crei circ													
ENTIDADE	EXERCÍCIO	ANTERIOR		MOVIME	SALDO ATÉ O PERÍODO								
FONTE DE RECURSO	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	NÃO PROC. LIQUIDADO	PAGO PROCESSADO	PAGO NÃO PROCESSADO	CANCELADO PROCESSADO	CANCELADO NÃO PROCES.	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO				
PREFEITURA MUNICIPAL	15.923.070,26	633.072,15	542.682,19	15.434.683,90	503.068,69	1.950,00	0,00	486.436,36	130.003,46				
RECURSOS PRÓPRIOS	13.018.099,74	196.177,09	158.021,13	12.619.827,65	149.952,88	1.950,00	0,00	396.322,09	46.224,21				
RECURSOS ESTADUAIS	1.817.886,51	431.814,65	379.580,65	1.759.447,32	348.035,40	0,00	0,00	58.439,19	83.779,25				
RECURSOS FEDERAIS	1.087.084,01	5.080,41	5.080,41	1.055.408,93	5.080,41	0,00	0,00	31.675,08	0,00				
IPREM	5.275,00	1.531,55	1.531,55	2.458,98	1.531,55	0,00	0,00	2.816,02	0,00				
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.275,00	1.531,55	1.531,55	2.458,98	1.531,55	0,00	0,00	2.816,02	0,00				
TOTAL	15.928.345,26	634.603,70	544.213,74	15.437.142,88	504.600,24	1.950,00	0,00	489.252,38	130.003,46				

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal

GISELE MORAES PORTELA Contadora

RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 1/1 - 12/04/2024 09:58 sdrce.swdd

Demonstrativo de Apuração da D.C.L. (Exceto Previdência)

Período: Março/2023 a Fevereiro/2024

Especificação	Saldo Exercício	Saldo do Exercício Atual					
Especificação	Anterior	Até o Mês	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre			
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC							
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,0			
DÍVIDA CONTRATUAL	374.648,51	420.740,31	0,00	0,0			
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,0			
DE TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,0			
DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,0			
PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,0			
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,0			
DO FGTS	0,00	0,00	0,00	0,0			
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	374.648,51	420.740,31	0,00	0,0			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 5.5.2000 (INCLUSIVE) -	2.376.076,10	2.376.076,10	0,00	0,0			
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,0			
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.750.724,61	2.796.816,41	0,00	0,0			
DEDUÇÕES							
ATIVO DISPONÍVEL	8.839.209,38	8.810.119,90	0,00	0,0			
HAVERES FINANCEIROS	156.090,62	439.451,07	0,00	0,0			
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.923.070,26	526.049,86	0,00	0,0			
(-) DEPÓSITOS RESTITUÍVES E VALORES VINCULADOS	874.053,80	555.410,15	0,00	0,0			
TOTAL DEDUÇÕES (II)	0,00	8.168.110,96	0,00	0,0			
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC							
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	0,00	283.360,76	0,00	0,0			
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	7.801.824,06	0,00	0,00	0,0			
DEPÓSITOS	343.560,20	350.180,20	0,00	0,0			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	633.072,15	130.003,46	0,00	0,0			
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,0			
TOTAL OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	8.778.456,41	763.544,42	0,00	0,0			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	2.750.724,61	-5.371.294,55	0,00	0,0			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	170.485.578,03	170.779.765,13	0,00	0,0			
PERCENTUAL DA DC SOBRE A RCL (I / IV)	1,61	1,64	0,00	0,0			
PERCENTUAL DA DCL SOBRE A RCL (III / IV)	1,61	-3,15	0,00	0,0			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	120,00	120,00	120,00	120,00			

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Prefeito Municipal

GISELE MORAES PORTEL Contadora RAFAEL MIRANDA MAI Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 09:56 sdrce.swsr

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (Regime de Previdência)

Período: Março/2023 a Fevereiro/2024

P	Saldo Exercício	Sa	ildo do Exercício Atual		
Especificação	Anterior	Até o Mês	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)					
PASSIVO ATUARIAL	95.834.216,34	95.834.216,34	0,00	0,00	
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA - DC (I)	95.834.216,34	95.834.216,34	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)					
ATIVO DISPONÍVEL	1.340.652,28	1.767.974,72	0,00	0,00	
HAVERES FINANCEIROS	205.439.739,90	208.171.194,33	0,00	0,00	
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.275,00	2.816,02	0,00	0,00	
(-) DEPÓSITOS RESTITUÍVES E VALORES VINCULADOS	639.568,55	147.172,59	0,00	0,00	
TOTAL DEDUÇÕES (II)	206.135.548,63	209.789.180,44	0,00	0,00	
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC					
PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000	0,00	20.207,29	0,00	0,00	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS	5.164,48	6.443,75	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS	-1.531,55	0,00	0,00	0,00	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	3.632,93	26.651,04	0,00	0,00	
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	-110.301.332,29	-113.954.964,10	0,00	0,00	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA Contadora RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 2/2 - 12/04/2024 09:56 sdrce.swsr

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA RELATÓRIO RESUNIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGUNDADE SOCIAL.

reno	uo ue nerere	icia. jaivilino	a I LYLKLING	2024					
RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)									R\$1,00
					PREVISA		RECEITA	S REAL	IZADAS
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS C	ONSTITUCION	IAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL		ATUALIZADA (a)		Até o Bime	stre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE IMPOSTOS (I)			14.40	3.000,00	14.40	3.000,00	2.250	.536,54	15,62
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.15	0.000,00	4.15	0.000,00	18	4.279,27	4,44		
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI			1.52	5.000,00	1.52	5.000,00	16	1.408,82	10,58
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			4.53	3.000,00	4.53	3.000,00	1.08	4.432,13	23,92
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Retido na Fonte -	IRRF	4.20	0.000,00	4.20	0.000,00	82	0.416,32	19,53
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			152.20	0.000,00	152.20	0.000,00	22.895	15,04	
Cota-Parte FPM			35.00	0.000,00	35.00	0.000,00	7.446.348,65		21,27
Cota-Parte ITR			20	0.000,00	20	0.000,00	8	7.470,39	43,73
Cota-Parte IPVA			6.50	0.000,00	6.50	0.000,00	3.42	5.503,45	52,70
Cota-Parte ICMS			110.00	0.000,00	110.00	0.000,00	11.85	7.519,45	10,77
Cota-Parte IPI-Exportação			500.000,00 500.000,0		0.000,00	.00 79.149,0		15,82	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constituc	ionais			0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CO	NSTITUCIONAIS	E LEGAIS (III) =	166.60	3.000,00	166.601	3.000,00	25.146	5.527,52	15,09
10.4.10									
DESPESAS COM ACÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPES: EMPENHA		DESPESA		DESPESAS F	AGAS	Inscritas em Restos a
(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c)	Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	40.256.000,00	40.209.000,00	6.147.455,80		3.784.025,65		2.394.647,00	5,95	2.363.430,15
Despesas Correntes	39.904.000.00	39.857.000.00	6.120.555.80	15.35	3.757.125.65	9.42	2.392.647.00	6.00	2.363.430.15

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA		LIQUIDAD		DESPESAS P	AGAS	Inscritas em Restos a
(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	(c)		% (d/c) x 100		% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	Pagar não Processados
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	40.256.000,00	40.209.000,00	6.147.455,80	15,28	3.784.025,65	9,41	2.394.647,00	5,95	2.363.430,15
Despesas Correntes	39.904.000,00	39.857.000,00	6.120.555,80	15,35	3.757.125,65	9,42	2.392.647,00	6,00	2.363.430,15
Despesas de Capital	352.000,00	352.000,00	26.900,00	7,64	26.900,00	7,64	2.000,00	0,56	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÂRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	40.256.000,00	40.209.000,00	6.147.455,80	15,28	3.784.025,65	9,41	2.394.647,00	5,95	2.363.430,15

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.147.455,80	3.784.025,65	2.394.647,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.147.455,80	3.784.025,65	2.394.647,00
Despesa Minima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	3.771.979,13	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Minima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	12.046,52	3.784.025,65	3.784.025,65
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00	3.784.025,65	3.784.025,65
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Ordánica Municipal)	24,45	15,05	9,52

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no	Despesas (Saldo Final(não					
RECURSOS VINCOLADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 20 DA EC 141/2012	exercicio atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	aplicado) (l) = (h - (i ou j))			
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercicio anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Gisele Moraes Portela

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
RELATÓRIO RESUNIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS PISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR												
EXERCÍCIO DO EMPENHO			Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício	RPNP Inscritos Indevidament e no Exercício sem Disponibilidad e Financeira	em RP considerado no Limite	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado alén do limite e o total de RP cancelados			
Empenhos de 2024	3.771.979,13	6.147.455,80	2.375.476,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.476,6			
Empenhos de 2023	20.472.140,11	36.032.762,58	15.560.622,47	1.961.104,86	0,00	0,00	1.902.428,66	58.676,20	0,00	15.560.622,4			
Empenhos de 2022	21.445.913,85	40.315.317,19	18.869.403,34	1.263.955,85	0,00	0,00	1.175.867,89	700,79	87.387,17	18.782.016,1			
Empenhos de 2021	18.651.310,91	32.763.476,33	14.112.165,42	1.271.843,55	0,00	0,00	1.142.658,84	135,86	129.048,85	13.983.116,5			
Empenhos de 2020	14.276.176,18	23.865.455,75	9.589.279,57	1.140.033,58	0,00	0,00	1.096.139,15	9.928,19	33.966,24	9.555.313,3			
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,0			
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAN O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) VANDA DOS ESSOS A RAZAR ANDE ANDE OU DESCENSO HA DESCRIPÇIO ANDE ANDE ASSESSA DE ASSESSA RAZAR ANDE ANDE OU DESCRIPÇIO ANDE ANDE ANDE OU DESCRIPÇIO ANDE ANDE OU DESCRIPÇIO A													

	141/2012)						0,00			
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
co	CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 245 12 e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial	Despesas 0	Saldo Final(não aplicado)						
		(w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		(w - (x ou y))			
	Restos a pagair cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			
	Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			
	Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISAU INICIAL	(a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	10.990.000,00	10.990.000,00	1.329.236,86	12,09	
Proveniente da União	9.500.000,00	9.500.000,00	1.120.837,87	11,79	
Proveniente dos Estados	1.490.000,00	1.490.000,00	208.398,99	13,98	
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	10.990.000,00	10.990.000,00	1.329.236,86	12,09	

DESPESAS COM SAUDE POR SURFUNÇÕES E CATEGORIA	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPES. EMPENHA		DESPES.		DESPESAS P	AGAS	Inscritas er Restos a
ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	Pagar não Processado (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	11.290.000,00	11.384.000,00	1.958.171,11	17,20	1.596.390,03	14,02	1.091.034,93	9,58	361.781,0
Despesas Correntes	10.080.000,00	10.174.000,00	1.632.470,11	16,04	1.280.572,03	12,58	885.216,93	8,70	351.898,0
Despesas de Capital	1.210.000,00	1.210.000,00	325.701,00	26,91	315.818,00	26,10	205.818,00	17,00	9.883,
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
VIGILĀNCIA SANITĀRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	11.290.000,00	11.384.000,00	1.958.171,11	17,20	1.596.390,03	14,02	1.091.034,93	9,58	361.781,0

Metabit Sistemas para Gestao Publica Página: 2/3 - sdrce.sezz Gisele Moraes Portela

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. DEMONSTRATIVO DAS RECETRAS E OESPESAS COM AÇÕSE S ESRIVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Período de Referência: IANEIRO a FEVEREIRO 2024

DESPESAS TOTAIS COM SAUDE EXECUTADAS COM RECURSOS	DOTAÇÃO DOTAÇÃ		DESPES: EMPENHA		DESPESA		DESPESAS F	AGAS	Inscritas em Restos a
PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	INICIAL	(c)	Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	51.546.000,00	51.593.000,00	8.105.626,91	15,71	5.380.415,68	10,42	3.485.681,93	6,75	2.725.211,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITĀRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XIV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	51.546.000,00	51.593.000,00	8.105.626,91	15,71	5.380.415,68	10,42	3.485.681,93	6,75	2.725.211,23

tiva:
primeiros bimestires do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da
cicio de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apensa os valores dos retosa a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019,
execução dos restos dos pagas crosidera o restos a pagar processados e riega novea.

Execução dos restos das pagas crosidera or estos a pagar processados e riega novea.

Execução dos restos de pagas crosidera or estos a pagar processados e riega novea.

Execução dos restos (Pedidos pode de la Calenta do Mannal de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

Metabit Sistemas para Gestao Publica

GISELE MORAES PORTELA Contadora

ELIANA LUZIA COVRE DIAS MARTINES Diretora de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO DREAMENTÂRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECITAS E DESPESAS COM MARUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

REO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 274/2016, art. 11, II, b)									
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)									
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)							
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	14.408.000,00	2.250.536,54							
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.150.000,00	184.279,27							
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.525.000,00	161.408,82							
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.533.000,00	1.084.432,13							
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.200.000,00	820.416,32							
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	155.200.000,00	22.895.990,98							
2.1 - Cota-Parte FPM	38.000.000,00	7.446.348,65							
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alinea b	35.000.000,00	7.446.348,65							
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alineas d e e	3.000.000,00	0,00							
2.2 - Cota-Parte ICMS	110.000.000,00	11.857.519,45							
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	500.000,00	79.149,04							
2.4 - Cota-Parte ITR	200.000,00	87.470,39							
2.5 - Cota-Parte IPVA	6.500.000,00	3.425.503,45							
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00							
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00							
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	169.608.000,00	25.146.527,52							
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	30.440.000,00	4.579.198,06							
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	11.962.000,00	1.707.433,68							

FUNDEB									
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)							
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	20.100.000,00	3.871.673,91							
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	20.050.000,00	3.813.321,01							
6.1.1 - Principal	20.000.000,00	3.805.267,81							
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	8.053,20							
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00							
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00							
6.2.1 - Principal	0,00	0,00							
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00							
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00							
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00							
6.3.1 - Principal	0,00	0,00							
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00							
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00							
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	50.000,00	58.352,90							
6.4.1 - Principal	50.000,00	58.352,90							
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00							
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00							
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	-10.440.000,00	-773.930,25							

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	20.100.000,00	3.529.891,20	3.522.452,80	1.997.017,38	7.438,40
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	20.100.000,00	3.529.891,20	3.522.452,80	1.997.017,38	7.438,40
10.1.1 - Educação Infantil	10.200.000,00	1.066.599,56	1.066.599,56	666.163,68	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	9.900.000,00	2.463.291,64	2.455.853,24	1.330.853,70	7.438,40
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB											
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) ⁷ (h)						
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.529.891,20	3.522.452,80	1.997.017,38	7.438,40	0,00						
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.529.891,20	3.522.452,80	1.997.017,38	7.438,40	0,00						
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.529.891,20	3.522.452,80	1.997.017,38	7.438,40	0,00						
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFÁNTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						

Federal ²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	APÓS DEDUÇÕES (I)	% APLICADO ¹⁰ (m)
15 - MINIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.669.324,71	3.522.452,80	3.522.452,80	92,37
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NAO APLICADA NO EXERCÍCIO	387.167,39	349.221,11	349.221,11	0,00	9,01

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (V)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERAWT DO FUNDEB	1.739.148,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.739.148,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÂRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E CESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)										
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)					
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TIPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	27.475.000,00	4.746.378,10	1.902.528,54	992.710,83	2.843.849,56					
20.1 - Educação Infantil	11.313.000,00	2.267.942,86	1.310.668,51	648.164,32	957.274,35					
20.2 - Ensino Fundamental	16.002.000,00	2.419.455,73	586.945,07	339.631,55	1.832.510,66					
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
20.4 - Educação Especial	160.000,00	58.979,51	4.914,96	4.914,96	54.064,55					
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB										
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)					
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TIPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	47.289.300,00	8.446.136,54	5.424.981,34	2.989.728,21	3.021.155,20					
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	21.673.000,00	3.563.389,17	2.382.183,03	1.319.242,96	1.181.206,14					
21.1.1 - Creche	14.520.000,00	2.231.825,89	1.725.438,64	1.022.282,86	506.387,25					
21.1.2 - Pré-escola	7.153.000,00	1.331.563,28	656.744,39	296.960,10	674.818,89					
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	25.616.300,00	4.882.747,37	3.042.798,31	1.670.485,25	1.839.949,06					

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.902.528,54
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.579.198,06
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - () CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (41) + L30.2 (41/1))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	6.481.726,60

APURAÇÃO DO LIMITE MÍN	IIMO CONSTITUCIONAL ²	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)	
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE I	MPOSTOS	6.286.631,88	6.481.726,60	25,77	
ESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS INTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE* SALDO INICIAL (ac) RP LIQUIDADOS (ad) RP PAGO: PAGO (AC) RP LIQUIDADOS (ad) RP PAGO (AC) RP LIQUIDADOS (AC) RP PAGO (AC)				RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac)-(ae)-(af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.823.920,29	11.966,71	4.757.187,27	0,00	66.733,02
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.881.490,86	11.966,71	3.868.467,09	0,00	13.023,77
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	942.429,43	0,00	888.720,18	0,00	53.709,25
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)						
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.820.000,00	785.862,66						
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FINDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	4.800.000,00	529.007,83						
31.1.1 - Salário-Educação	2.500.000,00	442.833,86						
31.1.2 - PDDE	50.000,00	0,00						
31.1.3 - PNAE	1.540.000,00	85.361,98						
31.1.4 - PNATE	150.000,00	0,00						
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	560.000,00	811,99						
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.020.000,00	256.854,83						
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS Á EDUCAÇÃO	0,00	0,00						
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00						
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00						

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAD DE PRECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NTO DO ENSINO - MDE

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	10.449.700,00	3.814.393,75	596.491,72	505.805,04	3.217.902,03
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.364.000,00	812.666,23	57.378,89	57.378,89	755.287,34
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.905.700,00	2.835.018,18	479.190,59	448.426,15	2.355.827,59
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	2.180.000,00	166.709,34	59.922,24	0,00	106.787,10
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	57.575.000,00	12.108.524,90	6.030.704,82	3.504.765,01	6.077.820,08
33.1 - Despesas Correntes	55.955.000,00	12.108.524,90	6.030.704,82	3.504.765,01	6.077.820,08
33.1.1 - Pessoal Ativo	32.510.000,00	4.647.528,98	4.640.090,58	2.467.726,40	7.438,40
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	23.445.000,00	7.460.995,92	1.390.614,24	1.037.038,61	6.070.381,68
33.2 - Despesas de Capital	1.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALARIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	915.985,31	0,00
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.871.673,91	442.833,86
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.885.737,56	0,00
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.901.921,66	442.833,86
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.901.921,66	442.833,86

- NEM Explication

 1. SER SECULTADO UQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) MADR QUE O = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNCES, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) O 10-DECIMENTO DE SERVICIO DE
- empethads.

 As a representant miness de abuação e não correspondem exatamente às subhunções de five pode placução. As elevantes calcularidades as un incurso de apresentant mines de abuação e não correspondem exatamente às subhunções de five pode placução. As deposes aclasificadas nas deminis subhunções típicas e nas inscrito em RPIPP em disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na aparação dos indicadores e limites.

 Esta assecução de restor a papar considerador so cumprimento do limite minimo dos ceresticas anteriores.

 Columa não deve conter percentual superior a 109%. Casa los ocorra, em razão de valores informados na columa (i), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinador de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinador de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinado de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinado de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (ii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados na columa (iii), os percenhasis devem ser ajustados para 100% combinados de valores informados

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias (Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATÉ MÊS	REALIZADA ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES (I)	13.410.000,00	13.410.000,00	2.235.000,00	2.012.194,34
CONTRIBUIÇÕES	6.233.500,00	6.233.500,00	1.038.916,68	1.312.716,09
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	6.170.000,00	6.170.000,00	1.028.333,34	1.307.526,50
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL	60.000,00	60.000,00	10.000,00	5.120,81
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL	3.500,00	3.500,00	583,34	68,78
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	76.500,00	76.500,00	12.750,00	446.234,14
RECEITA PATRIMONIAL	7.100.000,00	7.100.000,00	1.183.333,32	253.244,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.100.000,00	7.100.000,00	1.183.333,32	253.244,11
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	21.190.000,00	21.190.000,00	3.531.666,68	4.527.639,05
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO	21.190.000,00	21.190.000,00	3.531.666,68	4.527.639,05
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATIVO CIVIL	21.190.000,00	21.190.000,00	3.531.666,68	4.527.639,05
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES FINANCEIROS AO RPPS (VI)	0,00	0,00	0,00	2.820.211,58
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (I+II+III+V+VI) - IV	34.600.000,00	34.600.000,00	5.766.666,68	9.360.044,97

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 09:55 sdrce.swrf

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias (Artigo 53, Incisos II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA ATÉ MÊS	LIQUIDADA ATÉ MÊS
ADMINISTRAÇÃO (VII)	3.021.000,00	3.021.000,00	396.350,41	219.189,12
DESPESAS CORRENTES	1.921.000,00	1.921.000,00	395.630,41	218.469,12
DESPESAS DE CAPITAL	1.100.000,00	1.100.000,00	720,00	720,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	31.420.000,00	31.420.000,00	4.588.598,55	4.588.598,55
APOSENTADORIAS	27.920.000,00	27.920.000,00	4.111.614,27	4.111.614,27
PENSÕES	3.500.000,00	3.500.000,00	476.984,28	476.984,28
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	15.059,12	15.059,12
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	10.000,00	10.000,00	15.059,12	15.059,12
RESERVA DO RPPS (SUPERÁVIT PREVISTO NO ORÇAMENTO) (IX)	149.000,00	149.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)=(VII+VIII+IX)	34.600.000,00	34.600.000,00	5.000.008,08	4.822.846,79
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VII - X)	0,00	0,00	4.360.036,89	4.537.198,18

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA

RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 2/2 - 12/04/2024 09:55 sdrce.swrf

Demonstrativo por Função e Subfunção (Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
1 - LEGISLATIVA	4.900.000,00	0,00	4.900.000,00	1.131.413,22	3.768.586,78	867.554,01	263.859,2
31 - AÇÃO LEGISLATIVA	4.900.000,00	0,00	4.900.000,00	1.131.413,22	3.768.586,78	867.554,01	263.859,2
4 - ADMINISTRAÇÃO	40.964.000,00	0,00	40.964.000,00	9.408.702,78	31.555.297,22	5.172.433,87	4.236.268,9
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	13.000,00	0,00	13.000,00	940,75	12.059,25	590,75	350,0
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	39.875.000,00	0,00	39.875.000,00	8.831.533,71	31.043.466,29	5.061.543,80	3.769.989,9
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.051.000,00	0,00	1.051.000,00	575.998,32	475.001,68	110.299,32	465.699,0
124 - CONTROLE INTERNO	25.000,00	0,00	25.000,00	230,00	24.770,00	0,00	230,0
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	771.000,00	0,00	771.000,00	113.957,62	657.042,38	70.611,99	43.345,6
181 - POLICIAMENTO	771.000,00	0,00	771.000,00	113.957,62	657.042,38	70.611,99	43.345,6
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.545.000,00	346.700,00	9.891.700,00	3.195.691,13	6.696.008,87	821.443,17	2.374.247,9
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.980.000,00	0,00	1.980.000,00	386.667,97	1.593.332,03	182.373,30	204.294,6
241 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	121.000,00	0,00	121.000,00	0,00	121.000,00	0,00	0,0
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	96.000,00	274.000,00	370.000,00	288.160,00	81.840,00	4.510,00	283.650,0
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	7.348.000,00	72.700,00	7.420.700,00	2.520.863,16	4.899.836,84	634.559,87	1.886.303,2
9 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.451.000,00	0,00	34.451.000,00	5.000.008,08	29.450.991,92	4.822.846,79	177.161,2
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.860.000,00	0,00	2.860.000,00	376.143,12	2.483.856,88	198.981,83	177.161,2
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	31.591.000,00	0,00	31.591.000,00	4.623.864,96	26.967.135,04	4.623.864,96	0,0
10 - SAÚDE	51.396.000,00	0,00	51.396.000,00	8.107.447,18	43.288.552,82	5.382.235,95	2.725.211,2
301 - ATENÇÃO BÁSICA	51.396.000,00	0,00	51.396.000,00	8.107.447,18	43.288.552,82	5.382.235,95	2.725.211,2
12 - EDUCAÇÃO	57.575.000,00	0,00	57.575.000,00	12.108.524,90	45.466.475,10	6.030.704,82	6.077.820,0
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	31.522.000,00	0,00	31.522.000,00	7.721.539,40	23.800.460,60	3.525.762,75	4.195.776,6
364 - ENSINO SUPERIOR	2.180.000,00	0,00	2.180.000,00	166.709,34	2.013.290,66	59.922,24	106.787,1
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	23.713.000,00	0,00	23.713.000,00	4.161.296,65	19.551.703,35	2.440.104,87	1.721.191,7
367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	160.000,00	0,00	160.000,00	58.979,51	101.020,49	4.914,96	54.064,5
13 - CULTURA	1.246.000,00	0,00	1.246.000,00	284.426,58	961.573,42	81.540,38	202.886,2
392 - DIFUSÃO CULTURAL	1.246.000,00	0,00	1.246.000,00	284.426,58	961.573,42	81.540,38	202.886,2
15 - URBANISMO	28.761.000,00	280.300,00	29.041.300,00	3.994.106,30	25.047.193,70	1.117.865,70	2.876.240,6
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	28.761.000,00	280.300,00	29.041.300,00	3.994.106,30	25.047.193,70	1.117.865,70	2.876.240,6
16 - HABITAÇÃO	321.000,00	0,00	321.000,00	82.085,00	238.915,00	76.150,95	5.934,0
482 - HABITAÇÃO URBANA	321.000,00	0,00	321.000,00	82.085,00	238.915,00	76.150,95	5.934,0
17 - SANEAMENTO	7.050.000,00	0,00	7.050.000,00	3.081.875,38	3.968.124,62	1.197.932,03	1.883.943,3
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO	7.050.000,00	0,00	7.050.000,00	3.081.875,38	3.968.124,62	1.197.932,03	1.883.943,3
18 - GESTÃO AMBIENTAL	7.575.000,00	-353.000,00	7.222.000,00	1.905.104,04	5.316.895,96	1.192.039,52	713.064,5
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	6.491.000,00	-353.000,00	6.138.000,00	1.412.817,03	4.725.182,97	1.050.866,47	361.950,5
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.084.000,00	0,00	1.084.000,00	492.287,01	591.712,99	141.173,05	351.113,9
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	0,0

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 09:54 sdrce.swef

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo por Função e Subfunção (Artigo 52, Incisos II, alínea "c", da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

Consolidado

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO A EMPENHAR	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO A LIQUIDAR
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00
20 - AGRICULTURA	471.000,00	0,00	471.000,00	167.124,30	303.875,70	64.014,74	103.109,56
608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	471.000,00	0,00	471.000,00	167.124,30	303.875,70	64.014,74	103.109,56
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.308.000,00	0,00	7.308.000,00	4.273.714,58	3.034.285,42	197.492,36	4.076.222,22
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	260.000,00	0,00	260.000,00	50.196,35	209.803,65	14.763,02	35.433,33
695 - TURISMO	7.048.000,00	0,00	7.048.000,00	4.223.518,23	2.824.481,77	182.729,34	4.040.788,89
26 - TRANSPORTE	1.915.000,00	0,00	1.915.000,00	174.248,79	1.740.751,21	100.103,21	74.145,58
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.915.000,00	0,00	1.915.000,00	174.248,79	1.740.751,21	100.103,21	74.145,58
27 - DESPORTO E LAZER	871.000,00	0,00	871.000,00	178.534,89	692.465,11	12.595,73	165.939,16
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	871.000,00	0,00	871.000,00	178.534,89	692.465,11	12.595,73	165.939,16
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	4.650.000,00	0,00	4.650.000,00	2.361.234,39	2.288.765,61	731.526,79	1.629.707,60
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.650.000,00	0,00	4.650.000,00	2.361.234,39	2.288.765,61	731.526,79	1.629.707,60
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	199.000,00	0,00	199.000,00	0,00	199.000,00	0,00	0,00
997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA O RPPS	149.000,00	0,00	149.000,00	0,00	149.000,00	0,00	0,00
999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
TOTAL	260.000.000,00	274.000,00	260.274.000,00	55.568.199,16	204.705.800,84	27.939.092,01	27.629.107,15

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA Contadora RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida (Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

Período: Março/2023 a Fevereiro/2024

Órgão: Consolidado

					RECEITAS	CORRENT	ES						
ESPECIFICAÇÃO	03/2023	04/2023	05/2023	06/2023	07/2023	08/2023	09/2023	10/2023	11/2023	12/2023	01/2024	02/2024	TOTA
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIA	1.735.023,30	1.169.828,11	2.683.170,37	1.253.405,42	1.337.798,24	1.666.178,20	1.183.884,51	1.484.603,40	1.514.487,85	1.734.530,37	1.232.322,01	1.132.580,15	18.127.811,9
CONTRIBUIÇÕES	591.746,19	609.879,16	697.316,75	696.200,89	491.516,18	673.092,10	672.948,05	521.110,43	547.872,87	686.523,49	874.272,30	496.984,57	7.559.462,9
RECEITA PATRIMONIAL	595.231,65	2.620.636,10	623.255,03	204.244,76	181.420,56	227.483,26	139.800,13	174.440,13	277.841,92	418.065,05	72.389,34	284.762,23	5.819.570,1
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	576.663,90	490.899,54	502.983,37	555.056,11	601.397,27	614.030,64	588.589,84	560.519,80	566.131,25	649.115,56	630.864,46	554.847,18	6.891.098,9
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.611.507,86	10.028.188,65	17.054.029,31	11.228.614,59	13.326.259,24	12.167.668,90	13.153.728,32	15.519.535,72	12.600.275,03	17.237.330,92	16.431.320,54	13.276.489,57	164.634.948,6
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.377,38	159.040,08	140.381,79	229.913,95	197.981,36	233.891,24	214.162,95	180.114,94	211.109,08	1.017.763,31	481.658,62	320.389,57	3.532.784,2
TOTAL RECEITAS CORRENTES (I)	16.256.550,28	15.078.471,64	21.701.136,62	14.167.435,72	16.136.372,85	15.582.344,34	15.953.113,80	18.440.324,42	15.717.718,00	21.743.328,70	19.722.827,27	16.066.053,27	206.565.676,9
					DED	UÇÕES							
ESPECIFICAÇÃO	03/2023	04/2023	05/2023	06/2023	07/2023	08/2023	09/2023	10/2023	11/2023	12/2023	01/2024	02/2024	TOTA
CONTRIBUIÇÃO AO R.P.P.S.	411.233,48	408.683,90	407.124,52	427.961,62	429.550,88	459.719,51	456.298,44	460.048,30	501.006,31	499.138,44	846.383,51	466.332,58	5.773.481,4
REC. COMPENSAÇÃO PREVIDENC.	5.357,75	5.357,75	12.929,88	5.489,13	8.255,26	31.663,12	5.839,28	21.780,86	6.308,15	10.477,65	178.725,56	267.508,58	559.692,9
GANHOS APLIC. FINANCEIRA RPPS	461.122,08	2.538.035,00	530.366,37	104.306,45	103.351,07	153.366,01	67.689,17	88.344,77	219.298,43	355.281,39	19.271,00	233.973,11	4.874.404,8
FUNDEB RETIDO	1.827.737,88	1.532.280,49	2.512.985,39	1.721.356,06	1.707.207,59	1.901.372,07	1.843.007,34	2.383.631,86	1.861.960,85	2.138.812,07	2.508.540,82	2.070.657,24	24.009.549,6
VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DEDUÇÕES (II)	2.705.451,19	4.484.357,14	3.463.406,16	2.259.113,26	2.248.364,80	2.546.120,71	2.372.834,23	2.953.805,79	2.588.573,74	3.003.709,55	3.552.920,89	3.038.471,51	35.217.128,9
					TC	TAIS							
ESPECIFICAÇÃO	03/2023	04/2023	05/2023	06/2023	07/2023	08/2023	09/2023	10/2023	11/2023	12/2023	01/2024	02/2024	тота
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	13.551.099,09	10.594.114,50	18.237.730,46	11.908.322,46	13.888.008,05	13.036.223,63	13.580.279,57	15.486.518,63	13.129.144,26	18.739.619,15	16.169.906,38	13.027.581,76	171.348.547,9
		RCL AJUSTA	DA P/ CÁLCU	LO LIMITES D	E ENDIVIDAM	ENTO EMEN	DAS INDIVIDU	JAIS (ART.166	-A, § 1,CF) (I\	")			
(-) EMENDAS INDIVIDUAIS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	7.374,15	352.030,50	201.746,50	1.739,41	0,00	2.967,13	1.599,34	1.325,78	568.782,8
TOTAL (V)=(III-IV)	13.551.099,09	10.594.114,50	18.237.730,46	11.908.322,46	13.880.633,90	12.684.193,13	13.378.533,07	15.484.779,22	13.129.144,26	18.736.652,02	16.168.307,04	13.026.255,98	170.779.765,1
		RCL AJUSTAD	A P/ CÁLCULO	LIMITES DA	DESPESA CO	M PESSOAL I	MENDAS BAI	NCADA (ART.1	66, § 16,CF) (VI)			
(-) EMENDAS BANCADA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL (VII)=(V-VI)	13.551.099.09	10.594.114.50	18.237.730.46	11.908.322.46	13.530.633.90	13.034.193,13	13.378.533,07	15.484.779.22	13.129.144.26	18.736.652.02	16.168.307.04	13.026.255,98	170.779.765,1

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA Contadora RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/1 - 12/04/2024 09:54 sdrce.swrw

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Demonstrativo de Aplicação na Saúde Artigo 198, § 2º da CF de 1988; LC nº 141/2012

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

	RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITU	CIONAL
P	revisão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período		Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
PRÓPRIOS	14.408.000,00	2.250.536,54	TOTAL (15%)	24.991.200,00	3.771.979,13
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃ	O 35.200.000,00	7.533.819,04			
TRANSFERÊNCIAS DO ESTA	DO 117.000.000,00	15.362.171,94			
SUB TOTAL	166.608.000,00	25.146.527,52			

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO									
				Despesa Empenhada (ate o Periodo)		Despesa Liquidada (ate o Periodo)		Despesa Paga (ate o Periodo)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
DESP. TOTAL C/ RECURSOS PRÓPRIOS	40.209.000,00	24,13	6.147.455,80	24,45	3.784.025,65	15,05	2.394.647,00	9,52	
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			6.147.455,80	24,45	3.784.025,65	15,05	2.394.647,00	9,52	

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA Contadora ELIANA LUZIA COVRE DIAS MARTINES Diretora de Saúde

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 1/1 - 12/04/2024 10:05 sdrce.seas

Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência (Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

	SALDO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2023 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)	
Dívida Consolidada (I)	2.750.724,61	2.750.724,61	2.796.816,41	
Deduções (II)	0,00	0,00	8.168.110,96	
Ativo Disponível	8.839.209,38	8.839.209,38	8.810.119,90	
Haveres Financeiros	156.090,62	156.090,62	439.451,07	
(-) Restos a Pagar Processados	15.923.070,26	15.923.070,26	526.049,86	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	874.053,80	874.053,80	555.410,15	
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	2.750.724,61	2.750.724,61	-5.371.294,55	
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	2.750.724,61	2.750.724,61	-5.371.294,55	

	PERÍODO DE REFÊRENCIA		
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Fevereiro (c - a)	
Resultado Nominal	-8.122.019,16	-8.122.019,16	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

- 1. Na linha DEDUCÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser
 - 2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Hayeres Financeiros
- 3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
- 4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada.
- 5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município, Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Lejaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal

GISELE MORAES PORTELA Contadora

RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 09:57 sdrce.swsc

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Resultado Nominal - Regime Previdenciário

(Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00) Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

	SALDO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2023 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)	
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	95.834.216,34	95.834.216,34	95.834.216,34	
Passivo Atuarial	95.834.216,34	95.834.216,34	95.834.216,34	
Deduções (II)	206.135.548,63	206.135.548,63	209.789.180,44	
Ativo Disponível	1.340.652,28	1.340.652,28	1.767.974,72	
Haveres Financeiros	205.439.739,90	205.439.739,90	208.171.194,33	
(-) Restos a Pagar Processados	5.275,00	5.275,00	2.816,02	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	639.568,55	639.568,55	147.172,59	
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (Iii) = (I - Ii)	-110.301.332,29	-110.301.332,29	-113.954.964,10	
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (Vi) = (Iii - V)	-110.301.332,29	-110.301.332,29	-113.954.964,10	

	PERÍODO DE REFÊRENCIA	
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Atual (c - b)	
Resultado Nominal	-3.653.631,81	-3.653.631,81

	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
-	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

- 1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.

 2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.

 - 3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos
 - 4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada 5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA

RAFAEL MIRANDA MAIA

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela Página: 2/2 - 12/04/2024 09:57 sdrce.swsc

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo (Artigo 54 e 55, da LC. 101/00)

Período: Março/2023 a Fevereiro/2024

Poder Executivo

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	Valores em R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	170.779.765,13	100,00
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
MONTANTE	86.639.610,08	50,73
LIMITE MÁXIMO (ART. 20 LRF)	92.221.073,17	54,00
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR. ÚNICO ART. 22 LRF)	87.610.019,51	51,30
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO	170.779.765,13	0,00
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
SALDO DEVEDOR	-5.371.294,55	-3,15
LIMITE LEGAL (ART.S 3º E 4º RES. 40 SENADO)	204.935.718,16	120,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
CONCESSÕES DE GARANTIA		
MONTANTE	6.784.754,22	3,97
LIMITE LEGAL (ART. 9º RES. 43 SENADO)	37.571.548,33	22,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)		
REALIZADAS NO PERÍODO	0,00	0,00
LIMITE LEGAL (INC. I DO ART. 7º RES. 43 SENADO)	27.324.762,42	16,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
SALDO DEVEDOR	0,00	0,00
LIMITE LEGAL (ART. 10º RES. 43 SENADO)	11.954.583,56	7,00
EXCESSO A REGULARIZAR	0,00	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA Contadora RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno

Resultado Nominal - Exceto órgão de Previdência

(Artigo 53, Inciso III, da LC, 101/00)

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

	SALDO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2023 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)	
Dívida Consolidada (I)	2.750.724,61	2.750.724,61	2.796.816,41	
Deduções (II)	0,00	0,00	8.168.110,96	
Ativo Disponível	8.839.209,38	8.839.209,38	8.810.119,90	
Haveres Financeiros	156.090,62	156.090,62	439.451,07	
(-) Restos a Pagar Processados	15.923.070,26	15.923.070,26	526.049,86	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	874.053,80	874.053,80	555.410,15	
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I-II)	2.750.724,61	2.750.724,61	-5.371.294,55	
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	2.750.724,61	2.750.724,61	-5.371.294,55	

	PERÍODO DE REFÊRENCIA		
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Fevereiro (c - a)	
Resultado Nominal	-8.122.019,16	-8.122.019,16	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

- TA EXPLICATIVA:

 1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser mado valor nessa linha.

 2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.

 3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.

 4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fornecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada.

 - 5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA

RAFAFI MIRANDA MAIA

Metabit Sistemas para Gestao Publica

Gisele Moraes Portela

Página: 1/2 - 12/04/2024 09:57 sdrce.swsc

Página: 2/2 - 12/04/2024 09:57 sdrce.swsc

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Resultado Nominal - Regime Previdenciário (Artigo 53, Inciso III, da LC. 101/00)

Período: Ianeiro/2024 a Fevereiro/2024

	SALDO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2023 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)	
Dívida Consolidada Previdenciária (I)	95.834.216,34	95.834.216,34	95.834.216,34	
Passivo Atuarial	95.834.216,34	95.834.216,34	95.834.216,34	
Deduções (II)	206.135.548,63	206.135.548,63	209.789.180,44	
Ativo Disponível	1.340.652,28	1.340.652,28	1.767.974,72	
Haveres Financeiros	205.439.739,90	205.439.739,90	208.171.194,33	
(-) Restos a Pagar Processados	5.275,00	5.275,00	2.816,02	
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	639.568,55	639.568,55	147.172,59	
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (Iii) = (I - Ii)	-110.301.332,29	-110.301.332,29	-113.954.964,10	
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (Vi) = (Iii - V)	-110.301.332,29	-110.301.332,29	-113.954.964,10	

	PERÍODO DE REFÊRENC	A
ESPECIFICAÇÃO	No Bimestre Atual (c - b)	Janeiro a Fevereiro (c - a)
Desultade Newinal	2.652.621.01	2 652 621 01

Γ	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

- 1. Na linha DEDUÇÕES (II) se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado valor nessa linha.

 - Madu valor llessa llind.
 2. Os valores relativos aos investimentos do RPPS serão demonstrados na linha de Haveres Financeiros.
 3. O saldo da Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida, deduzidas as Receitas de Privatização e Passivos Reconhecidos.
 4. O saldo dos Passivos Reconhecidos compreende as obrigações com fomecedor ou instituição financeira que não foram excluídos da Dívida Consolidada.
 5. As dívidas contabilizadas como INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) são excluídas nos demonstrativos consolidados.

FONTE: Contabilidade do Município, Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

GISELE MORAES PORTELA

RAFAEL MIRANDA MAIA

Metabit Sistemas para Gestao Publica Gisele Moraes Portela

Resultado Primário

(Artigo 53, Incisos III, da LC. 101/00)

PREVISÃO ANUAL INICIAL

233.168.000.00

15.808.000,00

8.893.500,00

6.233.500,00

2.660.000,00

7.982.000,00

7.882.000,00

9.276.500,00

9.276.500,00

28.200.000.00

15.000.000.00

1.000.000.00

199.090.000,00

Período: Janeiro/2024 a Fevereiro/2024

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

RECEITAS FISCAIS

CONTRIBUIÇÕES

RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)

RECEITA PREVIDENCIÁRIA

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III)

RECEITAS DE CAPITAL (II)

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

(-) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DIVERSAS RECEITAS CORRENTES

RECEITA PATRIMONIAL

PREVISÃO ANUAL ATUALIZADA RECEITAS REALIZADAS 233.168.000.00 35.443.585.48 15.808.000,00 2.364.902,16 8.893.500,00 1.371.256,87 6.233.500,00 1.312.716,09 2.660.000,00 58.540,78 100.000,00 11.856,51 7.982.000,00 357.151,57 7.882.000,00 345.295,06 199.090.000,00 29.707.810,11 9.276.500,00 1.987.759,83 9.276.500,00 1.987.759,83 28.200.000.00 575.367.61 15.000.000.00 0.00

1.000.000.00

163 718 38

Órgão: Consolidado

OUTRAS ALIENAÇÕES DE BENS 1.000.000,00 1.000.000,00 163.718,38 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 12.200.000,00 12.200.000,00 411.649,23 CONVÊNIOS 11.700.000,00 11.700.000,00 0,00 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 500.000,00 500.000,00 411.649,23 RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII)=(II-III-IV-V-VI) 13.200.000,00 13.200.000,00 575.367,61 DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII) 30.440.000,00 30.440.000,00 4.579.198,06 RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX)=(I+VII-VIII) 215.928.000,00 215.928.000,00 31.439.755,03 DESPESAS DOTAÇÃO ANUAL **DOTAÇÃO ANUAL** DESPESAS FISCAIS

DESPESAS FISCAIS	INICIAL	ATUALIZADA	ATÉ O MÊS
DESPESAS CORRENTES (X)	205.307.000,00	204.875.740,00	23.804.734,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.641.000,00	109.641.000,00	14.756.348,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	100.000,00	100.000,00	19.521,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.566.000,00	95.134.740,00	9.028.864,30
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	205.207.000,00	204.775.740,00	23.785.213,09
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	35.649.000,00	36.354.260,00	1.309.988,63
INVESTIMENTOS	33.348.000,00	34.053.260,00	992.241,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	51.000,00	51.000,00	0,00
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	51.000,00	51.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XVI)	2.250.000,00	2.250.000,00	317.747,11
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII)=(XIII-XIV-XV-XVI)	33.399.000,00	34.104.260,00	992.241,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	199.000,00	199.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX)=(XII+XVII+XVIII)	238.805.000,00	239.079.000,00	24.777.454,61
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-22.877.000,00	-23.151.000,00	6.662.300,42
RESULTADO PRIMARIO (IX-XIX)	-22.877.000,00	-23.151.000,00	6.662.300,42

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito Municipal GISELE MORAES PORTELA Contadora RAFAEL MIRANDA MAIA Controle Interno





PORTARIA Nº 183/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito Municipal de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o ofício nº 061/2022 do Tribunal Regional do Estado de São Paulo, solicitando a cessão de servidor municipal para prestar servicos naquele órgão...

Considerando o artigo 125, inciso I, parágrafo único do Estatuto dos Servidores Municipais, que autoriza a cessão...

> R E

s

o

L

E, Art. 1º CEDER, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, com remuneração paga pelo órgão cessionário, nos termos do artigo 125, inciso I, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n° 001/1993 o servidor JAIR RAMOS DOS SANTOS, RG: 15.578.912-0 SSP/SP, lotado no cargo de Educador de Creche, Referência 06, em provimento efetivo, para que a partir de 15/04/2024, passe a exercer atividades determinadas pelo órgão cessionário.

Registre-se, Publique-se e dê Ciência.

lha Solteira, 12 de abril de 2023

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra Rodolfo César Batista Martins

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Soltei

www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



PORTARIA Nº 181/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a pedido, a partir de 05/04/2024, nos termos do artigo 45. Capítulo II, da Lei 001 de 01 de fevereiro de 1993, combinados com o Artigo 5º da Lei Complementar nº 271/2013, de 02 de janeiro de 2013 e artigo 43 da L.O.M, Andreia de Souza da Silva, RG: 34006532-1 SSP/SP, do cargo de Educador de Creche -Referência A-06, em provimento efetivo.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2024.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Ilha Solteira, 09 de abril de 2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES

Prefeito do Município de Ilha Solteira

www.ilhasolteira.sp.gov.b

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra Rodolfo César Batista Martins Secretário Municipal de Governo

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Soltei





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



PORTARIA Nº 184/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Determinar à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pela Portaria 165/2024, a instauração Disciplinar, constituída pela Portaria 165/2024, a instauração de Processo Administrativo contra a servidora A.D.T., lotada no cargo de agente de serviços, para apurar fatos e responsabilidades apontados no oficio nº 132/2024, enviado ao Departamento Jurídico pela Servetaria de Educação, que versa sobre ocorrência de faltas injustificadas por parte da sobre occ servidora.

Fica concedido prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão a contar da data da instalação. Os integrantes da referida comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coletas de prova e geral, bem como para elaboração do relatório final.

Registre-se. Publique-se e dê-se ciência.

Ilha Solteira, 12 de abril de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO DE ILHA SOLTEIRA

ilhasolteira.sp.gov.b



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paul



PORTARIA Nº 182/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito Municipal

de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o ofício nº 061/2022 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, solicitando a cessão de servidor municipal para prestar serviços naquele órgão..

Considerando o artigo 125, inciso I, parágrafo único do Estatuto dos Servidores Municipais, que autoriza a cessão...

R

E

s o

L

E. Art. 1º CEDER, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, com remuneração paga pelo órgão cessionário, nos termos do artigo 125, inciso I, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n° 001/1993 a servidora Ana Luiza Xavier Peral de Souza, RG: 29.492.851-0 SSP/SP, lotada no cargo de Educadora de Creche, Referência 06, em provimento efetivo, para que a partir de 15/04/2024, passe a exercer atividades determinadas pelo órgão cessionário.

Registre-se, Publique-se e dê Ciência.

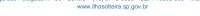
Ilha Solteira, 12 de abril de 2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra Rodolfo César Batista Martin retário de Governo



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/S







EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 013/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 143/2023 - C 003/2023 - PROCESSO DE PARCERIA N° 002/2023. CHAMAMENTO PÚBLICO Nº

ADMINISTRAÇÃO: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA. ORGANIZAÇÃO: APAE — ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ILHA SOLTEIRA, CNP.) N° 44.446.268/0001-27. OBJETO: PRORROGAÇÃO POR 02(DOIS) MESES DO SERVIÇO DE CUIDADOS EM REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÜLTIPLAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR: R\$ 41.693,82

ILHA SOLTEIRA, 28 DE MARÇO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Soltei www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 398/2022 - CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2022 - PROCESSO DE PARCERIA N° 003/2022.

ADMINISTRAÇÃO: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS - HOSPITAL REGIONAL DE LIHA SOLTEIRA, CNPJ N° 53.221.255/0034-09. OBJETO: PRORROGAÇÃO POR 01(JUM) MÉS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM PRONTO ATENDIMENTO, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE À POPULAÇÃO DE ILHA SOLTEIRA/SP, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR: R\$ 611.275,62

ILHA SOLTEIRA, 28 DE MARÇO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES **PREFEITO**



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 064/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA

CONTRATADA: ENGEOESP ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA.

OBJETO: ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 73.277,29 (SETENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS), O EQUIVALENTE A 7,07% DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, COM FULCRO NA ALÍNEA B DO, INCISO I, RESPEITANDO-SE OS LIMITES DO §1º DO ART. 65, DA LEI FEDERAL N° 8.66033, ASSIM COMO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA OBRA, COM FULCRO NOS INCISOS IV E V DO §1º DO ARTIGO 57 DA LEI FEDERAL ${\rm N^{\circ}~8.666/93~E}$ DA VIGÊNCIA CONTRATUAL DO CONTRATO FIRMADO PARA EXECUÇÃO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAIA MARINA - FASE 02, CONFORME CONVÊNIO ST/DADETUR Nº 188/2021, CELEBRADO COM O ESTÁDO DE SÃO PAULO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA, DA GESTÃO DO CONTRATO E SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E MANUTENÇÃO.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ILHA SOLTEIRA. 25 DE MARCO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SF



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 02 DO CONTRATO Nº 086/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA

CONTRATADO: JULIANO ALVES DA SILVA 310510466823.

OBJETO: PRORROGAÇÃO ATÉ 29 DE JUNHO DE 2024, DO CONTRATO Nº 086/2023, QUE POSSUI COMO OBJETO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ALAMBRADOS NO ECOPONTO E NA HORTA DOS APOSENTADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TÚRISMO, AGRONEGÓCIO, PESCA E MEIO AMBIENTE.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2023.

ILHA SOLTEIRA, 28 DE MARÇO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES **PREFEITO**









EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 03 DO CONTRATO Nº 021/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.

CONTRATADO: CGF ASSESSORIA AMBIENTAL E PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO

OBJETO: PRORROGAÇÃO ATÉ 08 DE OUTUBRO DE 2024, DO CONTRATO Nº 021/2023, QUE POSSUI COMO OBJETO A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E LICENCIAMENTO DA ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM — ATT/ USINA DE RECICLAGEM PARA RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC) DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TURISMO, AGRONEGÓCIO, PESCA E MEIO AMBIENTE CONFORME SOLICITAÇÃO DA ENGENHEIRA AMBIENTAL, COM FULCRO NO ARTIGO 111 DA LEI № 14.133/2021.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023.

ILHA SOLTEIRA, 08 DE ABRIL DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 05 DO CONTRATO Nº 105/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.

CONTRATADA: SVP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: PRORROGAÇÃO POR MAIS 06(SEIS) MESES, COM FULCRO NOS INCISOS II E V DO § 1º DO ART. 57 DA LEI FEDERAL № 8.666/93, O PRAZO DE CONCLUSÃO DA OBRA, OBJETO DO CONTRATO № 105/2022, FIRMADO EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO № 114/2022, TOMADA DE PREÇOS № 010/2022, PASSANDO PARA 16 DE AGOSTO DE 2024; BEM COMO FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, ATÉ 13 DE OUTUBRO DE 2024

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ILHA SOLTEIRA, 25 DE MARÇO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO

(18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilba Solteira/SP



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO Nº 037/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 424/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.
CONTRATADA: JULIO CESAR DE LIMA CONSULTORIA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO ATÉ 31 DE MARÇO DE 2025, DO CONTRATO № 037/2023, QUE POSSUI COMO OBJETO O PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HELP DESK NÍVEL 1 E NÍVEL 2, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SOFTWARES, COMPUTADORES DE USUÁRIOS, SWITCHES, EQUIPAMENTOS WIRELESS, MODENS, CABEAMENTO DE REDE UTP E IMPRESSORAS, ASSIM COMO SUPORTE À INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES FÍSICOS E VIRTUAIS E SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DENTRE OUTROS, PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA COM FULCRO INCISO II, DO ART. 57, DA LEI № 8.666/93. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. VALOR: R\$ 620.707,80.

ILHA SOLTEIRA, 28 DE MARÇO DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES







EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.

CONTRATADA: P.B FER MATERAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024. VALOR: R\$ 15.229,54 (QUINZE MIL E DUZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)

ILHA SOLTEIRA, 12 DE ABRIL DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES PREFEITO MUNICIPAL



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo



EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.

CONTRATADA: V.A.L.DO PRADO JUNIOR HIDRÁULICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024. VALOR: R\$ 14.073.80

(QUATORZE MIL E SETENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

ILHA SOLTEIRA. 12 DE ABRIL DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES
PREFEITO MUNICIPAL





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA.

CONTRATADA: C.E MACEDO – COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024. **VALOR:** R\$ 9.690,50 (NOVE MIL E SEISCENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ILHA SOLTEIRA, 12 DE ABRIL DE 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES
PREFEITO MUNICIPAL







LEI Nº 2649, DE 09 DE ABRIL DE 2024

"Dispõe sobre autorização para concessão onerosa de uso de imóvel que específica e dá outras providências."

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municípial aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, autorizado a outorgar a concessão onerosa de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Quiosque no Recinto de Exposições", com 212,75 m², que deverá servir para entidades, associações e agremiações socias sem fins lucrativos que exerçam suas atividades no município, o imóvel situado na Avenida Brasil Sul, nº 1.771, de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira, contido no interior da matrícula 18.472 do Cartório de Registro de Imóveis de Pereira Barreto/SP, individualizado e demarcado em Planta e Memorial Descritivo apensos, partes integrantes desse Projeto de Lei, mediante licitação pública, na modalidade de concorrência pública, pelo prazo de 05(cinco) anos, prorrogável apenas uma vez, por igual período.

Art. 2º Fica autorizado ainda o Chefe do Poder Executivo assinar contrato de concessão onerosa de uso com a concessionária, que deve conter no mínimo as seguintes obrigações:

I - Do Concedente:

- a) Entregar a posse do imóvel objeto desta Lei, imediatamente após a assinatura do contrato;
- b) Fiscalizar a execução da concessão de uso, o funcionamento, a manutenção do imóvel, receber os impostos e taxas municipais;
- c) Decretar por meio de decisão em processo administrativo, observada ampla defesa, a rescisão do contrato e a reversão do bem ora concedido e, com todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem qualquer ônus para o concedente, a partir do momento em que for constatado que a concessionária não está cumprindo com suas obrigações, descritas no inciso II deste artigo;
- d) Nomeação de Gestor desta concessão para acompanhar e elaborar relatórios semestrais de desenvolvimento e cumprimento das obrigações, que nortearão a decisão de manutenção da concessão ou rescisão da mesma;



Praça dos Paiaguás n.* 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira



- e) Determinar em edital de licitação o valor mensal da concessão, que deverá ser de pelo menos 02(duas) Unidades Fiscais do Município, a ser revertido para o Tesouro Municipal.
- II Da Concessionária, sob pena de reversão:
- a) Receber o imóvel na forma que está mediante vistoria junto à Divisão de Engenharia, Projetos e Obras:
- b) Manter diuturnamente o imóvel em condições de limpeza, segurança e ocupação;
- c) Ser responsável total pelos gastos com energia elétrica e água de seu consumo;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade de seus serviços, da sua produção, da venda e de suas rendas ou de seus prejuízos;
- e) Não transferir em parte ou todo o imóvel objeto desta concessão a terceira pessoa, seja física ou jurídica e nem dar destinação diversa dos fins expressos no artigo primeiro desta Lei.
- f) Devolver o imóvel após a rescisão contratual, por prazo ou por decisão administrativa ou judicial, com ampla defesa, com a incorporação das benfeitorias realizadas seja a que título for, sem ônus ao Poder Público.
- g) Pagar o valor da concessão de acordo com o definido no contrato a ser firmado, convertido em real e no importe mínimo de 02 (duas) UFM/mês.
- h) manter a limpeza e iluminação no período noturno da área;
- i) não fazer alterações estruturais no imóvel, sem anuência e parecer prévio da Divisão de Engenharia,
 Proietos e Obras:
- j) iniciar as atividades no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente instrumento contratual.
- Art. 3º A presente concessão onerosa de uso será outorgada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2.021 e demais legislações que regulam a espécie, não podendo a concessionária ter a concessão de outro imóvel, no município.
- Art. 4º A presente concessão onerosa de uso poderá ser rescindida, quando a concessionária deixar de cumprir qualquer das cláusulas contratuais.



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/S www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



Art. 5º Todas as construções e benfeitorias, mesmo as necessárias ou úteis realizadas no imóvel objeto do contrato, passam a integrar o patrimônio Público Municipal, sem direito à concessionária de indenização ou retenção.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, por Decreto no que for necessário para a sua melhor aplicação.

Art. 7º Os documentos a serem apresentados para a assinatura do contrato e/ou para a fase de habilitação, no processo licitatório, serão fixados por meio de Decreto, a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 8º As despesas com a presente Lei correrão por dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições contrárias

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 09 de abril de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito do Município de Ilha Solteira

Registrada e Publicada nesta Secretaria, na data supra. Rodolfo César B. Martins Sacretário Municipal de Govern





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira



LEI Nº 2650, DE 09 DE ABRIL DE 2024

"Dispõe sobre autorização para concessão onerosa de uso de imóvel que específica e dá outras providências."

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, autorizado a outorgar a concessão onerosa de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Quiosque no Recinto de Exposições", com 370,83 m², que deverá servir para entidades, associações e agremiações sociais sem fins lucrativos que exerçam suas atividades no município, o imóvel situado na Avenida Brasil Sul, nº 1.771, de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira, contido no interior da matrícula 18.472 do Cartório de Registro de Imóveis de Pereira Barreto/SP, individualizado e demarcado em Planta e Memorial Descritivo apensos, partes integrantes desse Projeto de Lei, mediante licitação pública, na modalidade de concorrência pública, pelo prazo de 05(cinco) anos, prorrogável apenas uma vez, por igual período.

Art. 2º Fica autorizado ainda o Chefe do Poder Executivo assinar contrato de concessão onerosa de uso com a concessionária, que deve conter no mínimo as seguintes obrigações:

I – Do Concedente:

- a) Entregar a posse do imóvel objeto desta Lei, imediatamente após a assinatura do contrato;
- b) Fiscalizar a execução da concessão de uso, o funcionamento, a manutenção do imóvel, receber os impostos e taxas municipais;
- c) Decretar por meio de decisão em processo administrativo, observada ampla defesa, a rescisão do contrato e a reversão do bem ora concedido e, com todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem qualquer ônus para o concedente, a partir do momento em que for constatado que a concessionária não está cumprindo com suas obrigações, descritas no inciso II deste artigo;
- d) Nomeação de Gestor desta concessão para acompanhar e elaborar relatórios semestrais de desenvolvimento e cumprimento das obrigações, que nortearão a decisão de manutenção da concessão ou rescisão da mesma;

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/Sf www.ilhasolteira.sp.gov.br





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



- e) Determinar em edital de licitação o valor mensal da concessão, que deverá ser de pelo menos 02(duas) Unidades Fiscais do Município, a ser revertido para o Tesouro Municipal.
- II Da Concessionária, sob pena de reversão:
- a) Receber o imóvel na forma que está mediante vistoria junto à Divisão de Engenharia, Projetos e Obras;
- b) Manter diuturnamente o imóvel em condições de limpeza, segurança e ocupação;
- c) Ser responsável total pelos gastos com energia elétrica e água de seu consumo;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade de seus serviços, da sua produção, da venda e de suas rendas ou de seus prejuízos:
- e) Não transferir em parte ou todo o imóvel objeto desta concessão a terceira pessoa, seja física ou jurídica e nem dar destinação diversa dos fins expressos no artigo primeiro desta Lei.
- f) Devolver o imóvel após a rescisão contratual, por prazo ou por decisão administrativa ou judicial, com ampla defesa, com a incorporação das benfeitorias realizadas seja a que título for, sem ônus ao Poder Público.
- g) Pagar o valor da concessão de acordo com o definido no contrato a ser firmado, convertido em real e no importe mínimo de 02(duas) UFM/mês.
- h) manter a limpeza e iluminação no período noturno da área;
- i) não fazer alterações estruturais no imóvel, sem anuência e parecer prévio da Divisão de Engenharia,
 Projetos e Obras;
- j) iniciar as atividades no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente instrumento contratual.

Art. 3º A presente concessão onerosa de uso será outorgada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2.021 e demais legislações que regulam a espécie, não podendo a concessionária ter a concessão de outro imóvel, no município.

Art. 4º A presente concessão onerosa de uso poderá ser rescindida, quando a concessionária deixar de cumprir qualquer das cláusulas contratuais.



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/S www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



Art. 5º Todas as construções e benfeitorias, mesmo as necessárias ou úteis realizadas no imóvel objeto do contrato, passam a integrar o patrimônio Público Municipal, sem direito à concessionária de indenização ou retenção.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, por Decreto no que for necessário para a sua melhor aplicação.

Art. 7º Os documentos a serem apresentados para a assinatura do contrato e/ou para a fase de habilitação, no processo licitatório, serão fixados por meio de Decreto, a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 8º As despesas com a presente Lei correrão por dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 10 Revogam-se as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 09 de abril de 2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito do Município de Ilha Solteira

Registrada e Publicada nesta Secretaria, na data supra. Rodolfo César B. Martins Secretário Municipal de Govern







LEI Nº 2651, DE 09 DE ABRIL DE 2024

"Dispõe sobre autorização para concessão onerosa de uso de imóvel que especifica e dá outras providências."

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, autorizado a outorgar a concessão onerosa de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Quiosque no Recinto de Exposições", com 352,12 m², que deverá servir para entidades, associações e agremiações socias sem fins lucrativos que exerçam suas atividades no município, o imóvel situado na Avenida Brasil Sul, nº 1,771, de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira, contido no interior da matrícula 18.472 do Cartório de Registro de Imóveis de Pereira Barreto/SP, individualizado e demarcado em Planta e Memorial Descritivo apensos, partes integrantes desse Projeto de Lei, mediante licitação pública, na modalidade de concorrência pública, pelo prazo de 05(cinco) anos, prorrogável apenas uma vez, por igual período.

Art. 2º Fica autorizado ainda o Chefe do Poder Executivo assinar contrato de concessão onerosa de uso com a concessionária, que deve conter no mínimo as seguintes obrigações:

I - Do Concedente:

- a) Entregar a posse do imóvel objeto desta Lei, imediatamente após a assinatura do contrato;
- b) Fiscalizar a execução da concessão de uso, o funcionamento, a manutenção do imóvel, receber os
- c) Decretar por meio de decisão em processo administrativo, observada ampla defesa, a rescisão do contrato e a reversão do bem ora concedido e, com todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem qualquer ônus para o concedente, a partir do momento em que for constatado que a concessionária não está cumprindo com suas obrigações, descritas no inciso II deste artigo;
- d) Nomeação de Gestor desta concessão para acompanhar e elaborar relatórios semestrais de desenvolvimento e cumprimento das obrigações, que nortearão a decisão de manutenção da concessão ou rescisão da mesma:



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



- e) Determinar em edital de licitação o valor mensal da concessão, que deverá ser de pelo menos 01(uma) Unidade Fiscal do Município, a ser revertido para o Tesouro Municipal.
- II Da Concessionária, sob pena de reversão:
- a) Receber o imóvel na forma que está mediante vistoria junto à Divisão de Engenharia, Projetos e Obras:
- b) Manter diuturnamente o imóvel em condições de limpeza, segurança e ocupação;
- c) Ser responsável total pelos gastos com energia elétrica e água de seu consumo;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade de seus servicos, da sua produção, da venda e de suas rendas ou
- e) Não transferir em parte ou todo o imóvel objeto desta concessão a terceira pessoa, seja física ou jurídica e nem dar destinação diversa dos fins expressos no artigo primeiro desta Lei.
- f) Devolver o imóvel após a rescisão contratual, por prazo ou por decisão administrativa ou judicial, com ampla defesa, com a incorporação das benfeitorias realizadas seja a que título for, sem ônus ao Poder Público
- g) Pagar o valor da concessão de acordo com o definido no contrato a ser firmado, convertido em real e no importe mínimo de 01 (uma) UFM/mês
- h) manter a limpeza e iluminação no período noturno da área;
- i) não fazer alterações estruturais no imóvel, sem anuência e parecer prévio da Divisão de Engenharia,
- j) iniciar as atividades no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente instrumento
- Art. 3º A presente concessão onerosa de uso será outorgada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2.021 e demais legislações que regulam a espécie, não podendo a concessionária ter a concessão de outro imóvel, no município,
- Art. 4º A presente concessão onerosa de uso poderá ser rescindida, quando a concessionária deixar de cumprir qualquer das cláusulas contratuais



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo



Art. 5º Todas as construções e benfeitorias, mesmo as necessárias ou úteis realizadas no imóvel objeto do contrato, passam a integrar o patrimônio Público Municipal, sem direito à concessionária de indenização ou retenção

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, por Decreto no que for necessário para a sua melhor aplicação.

Art. 7º Os documentos a serem apresentados para a assinatura do contrato e/ou para a fase de habilitação, no processo licitatório, serão fixados por meio de Decreto, a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 8º As despesas com a presente Lei correrão por dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 10 Revogam-se as disposições contrárias

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 09 de abril de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito do Município de Ilha Solteira







LEI Nº 2652. DE 09 DE ABRIL DE 2024

"Dispõe sobre autorização para concessão gratuita de uso de imóvel que especifica e dá outras providências."

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do §1º, do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, autorizado a outorgar a concessão gratuita de uso de imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Espaço da Equoterapia", que deverá servir para o atendimento e prática de Equoterapia (atividade equestre realizada com apoio de equipe multidisciplinar), no imóvel situado na Avenida Brasil Sul, nº 1.771, de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira, contido no interior da matrícula 18.472 do Cartório de Registro de Imóveis de Pereira Barreto/SP, individualizado e demarcado pelas Plantas e Memoriais Descritivo apensos, partes integrantes desse Projeto de Lei, mediante Contrato Administrativo, pelo prazo de 05(cinco) anos, prorrogável apenas uma vez, por igual período. Em favor a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ILHA SOLTEIRA - APAE, com sede no Passeio Sobral, 248 - na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ Nº 44.446.268/0001-27.

Art. 2º Fica autorizado ainda o Chefe do Poder Executivo assinar contrato de concessão gratuita de uso com a concessionária, que deve conter no mínimo as seguintes obrigações:

- I Do Concedente:
- a) Entregar a posse do imóvel objeto desta Lei, imediatamente após a assinatura do contrato:
- b) Fiscalizar a execução da concessão de uso, o funcionamento, a manutenção do imóvel;
- c) Decretar por meio de decisão em processo administrativo, observada ampla defesa, a rescisão do contrato e a reversão do bem ora concedido e, com todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem qualquer ônus para o concedente, a partir do momento em que for constatado que a concessionária não está cumprindo com suas obrigações, descritas no inciso II deste artigo e

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SF





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paul



- meação de Gestor desta concessão para acompanhar e elaborar relatórios semestrais de desenvolvimento e cumprimento das obrigações, que nortearão a decisão de manutenção da conc ou rescisão da mesma.
- II Da Concessionária, sob pena de reversão:
- a) Receber o imóvel na forma que está mediante vistoria junto à Divisão de Engenharia, Projetos e
- b) Manter diuturnamente o imóvel em condições de limpeza, segurança e ocupação;
- c) Ser responsável total pelos gastos com energia elétrica e água de seu consumo;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade de seus serviços, da sua produção, das suas rendas ou de seus
- e) Não transferir em parte ou todo o imóvel objeto desta concessão a terceira pessoa, seja física ou jurídica e nem dar destinação diversa dos fins expressos no artigo primeiro desta Lei;
- f) Devolver o imóvel após a rescisão contratual, por prazo ou por decisão administrativa ou judicial, com ampla defesa, com a incorporação das benfeitorias realizadas seja a que título for, sem ônus ao Poder Público
- g) manter a limpeza e iluminação no período noturno da área;
- h) não fazer alterações estruturais no imóvel, sem anuência e parecer prévio da Divisão de Engenharia, Projetos e Obras;
- i) iniciar as atividades no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente instrumento
- Art. 3º A presente concessão gratuita de uso será outorgada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2.021 e demais legislações que regulam a espécie.
- Art. 4º A presente concessão gratuita de uso poderá ser rescindida, quando a concessionária deixar de cumprir qualquer das cláusulas contratuais

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/S





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



- Art. 5º Todas as construções e benfeitorias, mesmo as necessárias ou úteis realizadas no imóvel objeto do contrato, passam a integrar o patrimônio Público Municipal, sem direito à concessionária de
- Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, por Decreto no que for necessário para a sua melhor aplicação.
- Art. 7º Os documentos a serem apresentados para a assinatura do contrato serão fixados por meio de Decreto, a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- Art. 8º As despesas com a presente Lei correrão por dotação própria do orçamento vigente, suplementada se necessário.
- Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
- Art. 10 Revogam-se as disposições contrárias

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 09 de abril de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito do Município de Ilha Solteira







PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 014/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 007/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Material Hidráulico, conforme solicitação do Departamento de Água e Esgoto (DAE)

AUTORIZAÇÃO

Otávio Augusto Giantomassi Gomes, Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando a regularidade do processo supra, hei por bem de AUTORIZAR a contratação direta, nos termos do art. 75, inc. II, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, das empresas:

P.B FER MATERAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP CNPJ: 64.676.778/0001-06 – Av.Francisco Custódio Pacca. 1675. Centro Pereira Barreto/SP. CEP 15.370-000.

V.A.L.DO PRADO JUNIOR HIDRÁULICA – CNPJ: 23.357.886/0001-20 – Rua José Guide, 210, São José do Rio Preto/SP, CEP 15035-500.

C.E MACEDO - COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA - CNPJ: 07.965.552/0001-83 - Rua Augusto Zibarth,393, Bairro Uberaba - Curitiba/PR, CEP 81.560-360

Publique-se na forma do contido no parágrafo único, do art. 72 da Lei 14.133/2.021.

Ilha Solteira, 11 de abril de 2024.

Otávio Augusto Giantomassi Gomes Prefeito

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



Concurso Público 002/2023 – Edital nº 11/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito da Estância Turística de Ilha Solteira, vem por meio deste, tendo em vista a homologação do Concurso Público 002/2023, convocar os aprovados nos cargos abaixo relacionados, como segue:

Motorista – Ampla Concorrência

Classificação	Nome	RG
33°	ILDES GONÇALVES FILHO	47576853x

Professor De Educação Física - Básica II – Ampla Concorrência

Classificação	Nome	RG		
5°	PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA GOMES	398570905		

Fica estabelecido o prazo improrrogável de 30 da publicação deste, para que os convocados se apresentem na Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Recursos Humanos, para manifestação de interesse em assumir o cargo público municipal para o qual foram convocados, bem como comprovar que atende todos os requisitos do edital.

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na perda dos direitos decorrentes da habilitação no Concurso Público 002/2023.

Ilha Solteira, 12 de abril de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito do Município de Ilha Solteira





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
Estado de São Paulo



Concurso Público 001/2023 – Edital nº 12/2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES, Prefeito da Estância Turística de Ilha Solteira, vem por meio deste, tendo em vista a homologação do Concurso Público 001/2023, convocar os aprovados nos cargos abaixo relacionados, como segue:

Agente Administrativo – Ampla Concorrência

Classificação	Nome	RG	
22°	DANIEL FERNANDES AMARAL	432441554	

Agente de Serviços I – Ampla Concorrência

Classificação	Nome	RG		
27°	SILVANA RODRIGUES SANTOS	53180715		
28°	MARLUCI SANTOS CHIANEZI	385971473		

Educador de creche – Pessoas Pretas e pardas

Classificação	Nome	RG
10°	MARIA JOSE MATIAS DE CASTRO OLIVEIRA	359833640

Lavador – Ampla Concorrência

Classificação	Nome	RG	
4°	MÁRCIO FERREIRA DE SOUZA	446258672	

Fica estabelecido o prazo improrrogável de 30 dias da publicação deste, para que os convocados se apresentem na Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Recursos Humanos, para manifestação de interesse em assumir o cargo público municipal para o qual foram convocados, bem como comprovar que atende todos os requisitos do edital.





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira
____Estado de São Paulo_____



O não comparecimento no prazo estipulado implicará na perda dos direitos decorrentes da habilitação no Concurso Público 001/2023.

Ilha Solteira, 12 de abril de 2024

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES
Prefeito do Município de Ilha Solteira





EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA IMPOSTA 009/2024

A Prefeitura Municipal, vem através do presente, nos termos do artigo 66 Lei Municipal nº 102/1993 (Código Sanitário e de Posturas do Municipio), considerando a publicação 23/02/2024 em de Notificação nº 003/2024;

Considerando que constatou o não atendimento dos proprietários/possuidores abaixo relacionados, quanto a limpeza/capina/roçagem de seus imóveis, dentro do prazo concedido;

Faz saber aos mesmos que ficam NOTIFICADOS para tomarem ciência da imposição de multa de 1% (um por cento) do valor venal do imóvel, nos termos do §5º do artigo supra;

Além disso, considerando a ainda a condição de mato excessivamente alto nesses imóveis, o que pode ocasionar problemas de saúde pública, bem como o contido no §6º, a Administração Pública Municipal PROVIDENCIARÁ IMEDIATAMENTE A ROÇAGEM DA MESMA, cobrando – se do proprietário/possuidor, além da multa supra, o valor de 0,005 U.F.M. por metro quadrado de sua área saneada.

Proprietário/	Endereço	Qda.	Lote	Valor Venal	Valor da Multa	Área	Valor da	Valor Total
Possuidor					(1%)	Saneada (m²)	Limpeza	
Ana Romualda Hamamoto	Rua Praia de Porto de Galinhas	PP-G	05	R\$ 32.109,36	R\$ 321,09	250,58	R\$ 226,94	R\$ 548,03
Dilma Cosmo Morilla	Rua Praia de Ipanema	PP-F	09	R\$ 39.193,74	R\$ 391,94	305,50	R\$ 276,68	R\$ 668,62
Karina B Rodriguês	Rua Praia de Ipanema	PP-G	22	R\$ 32.109,36	R\$ 321,09	250,28	R\$ 226,67	R\$ 547,76
Ronaldo Zacarias de Azevedo	Rua Boa Viagem	PP-E	10	R\$ 32.409,57	R\$ 324,10	252,62	R\$ 228,79	R\$ 552,89
Edwiges Mendes dos Santos	Rua Boa Viagem	PP-F	14	R\$ 38.915,34	R\$ 389,15	303,33	R\$ 274,71	R\$ 663,86
Aurea Alves	Rua Boa Viagem	PP-F	15	R\$ 39.193,74	R\$ 391,94	305,50	R\$ 276,68	R\$ 668,62
João José Medeiros	Rua Boa Viagem	PP-F	18	R\$ 39.193,74	R\$ 391,94	305,50	R\$ 276,68	R\$ 668,62
Célia Regina Marques dos Reis Silva	Av. Praia de Copacabana	PP-D	11	R\$ 45.929,16	R\$ 459,29	358,00	R\$ 324,22	R\$ 783,51
Odair Luís da Silva	Av. Praia de Copacabana	PP-E	19	R\$ 33.163,93	R\$ 331,64	258,50	R\$ 234,11	R\$ 565,75



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo

Proprietário/	Endereço	Qda.	Lote	Valor Venal	Valor da Multa	Área	Valor da	Valor Total
Possuidor					(1%)	Saneada	Limpeza	
						(m²)		
José Antônio	Rua Praia	PP-D	16	R\$ 39.193,74	R\$ 391,94	305,50	R\$ 276,68	R\$ 668,62
Azevedo	Joaquina							
Sandra Helena	Rua Praia de	PP-C	11	R\$ 55.422,90	R\$ 554,23	432,00	R\$ 391,24	R\$ 945,47
Smania Gomes da	Maresias							
Silva								

Ilha Solteira, 12 de Abril de 2024

Mayla Hondo

raça dos Paiaguás, 86 / Fone (18) 3743-6000 / Fax (18) 3743-1755 / CEP 15.385.000 / Ilha Solteira-SP

Praça dos Paiaguás, 86 / Fone (18) 3743-6000 / Fax (18) 3743-1755 / CEP 15.385.000 / Ilha Solteira-S



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2024 PROCESSO DE PARCERIA Nº 005/2024 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024

OBJETO: seleção de propostas para a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil (OSC's), com atuação no Município, por meio da formalização de Termo de Colaboração, visando à operacionalização dos Planos de Trabalho para a execução de serviço de atendimento em Pronto Atendimento, Urgência e Emergência de baixa e média complexidade; cuidados em reabilitação da pessoa com deficiência intelectual e múltiplas; e assistência e atendimento aos pacientes que necessitam de tratamento oncológico por meio do SUS; conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

ALTERAÇÕES REALIZADAS:

Alteração dos itens 1.1 e 10.2 do Edital; bem como o Anexo I(Plano de Trabalho); visando a exclusão do recebimento de propostas do presente chamamento o Plano de Trabalho para a execução de cuidados em reabilitação da pessoa com deficiência intelectual e múltiplas; considerando necessidade da realização de alterações no mesmo, com posterior publicação.

Em relação aos demais Planos de Trabalho, fica mantida a data limite para a entrega dos envelopes contendo as propostas, mencionada no item 5.1 do instrumento convocatório.

Ilha Solteira, 12 de abril de 2024.







DECRETO N° 7467 DE 28 DE MARÇO DE 2024.

teira Unistica

"Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de doença em pessoa da família, bem como apresentação e aceite de atestados médico-odontológicos e de atestados de comparecimento"

O PREFEITO DE ILHA SOLTEIRA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais embasada na legislação municipal, e,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do contido nos artigos 104 a 107, 115 e 129 da Lei Complementar Municipal n°001/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de aspectos relacionados à apresentação de atestados médicoodontológicos;

CONSIDERANDO que somente os médicos e odontólogos têm prerrogativa de diagnosticar enfermidades e emitir atestados médico-odontológicos:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de aspectos relacionados à concessão de licença de saúde e para tratamento de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar aspectos relacionados aos atestados de comparecimento, para justificativa de ausência ao servico público municipal;



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



DECRETA:

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º- Os servidores públicos poderão obter afastamentos de saúde, nos termos do presente decreto, mediante apresentação de atestados médico-odontológicos constando expressamente a necessidade de seu afastamento.

Art.2°- Ao fornecer o atestado, deverá o profissional disponibilizar ao seu paciente, a ficha própria e/ou prontuário médico com todos os dados dos exames e tratamentos realizados, de maneira que possa atender às pesquisas de informações dos médicos peritos da Administração Pública municipal;

Art.3º - Na elaboração do atestado, o profissional deverá adotar os seguintes procedimentos:

I- especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para recuperação do paciente;

II- estabelecer o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente;

III- registrar os dados de maneira legível;

 ${\rm IV-}$ identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional correspondente.

Parágrafo único. Quando o atestado for solicitado pelo paciente ou seu representante legal para fins de perícia médica deverá observar:

II- os resultados nos exames complementares;

III- a conduta terapêutica;

IV- o prognóstico;



Praça dos Paiaguás n.* 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/S www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo





VI- o provável tempo de repouso estimado necessário para sua recuperação, que complementar o parecer fundamentado do médico perito, a quem cabe legalmente a decisão final, caso a caso, o que poderá gerar: aposentadoria, invalidez definitiva, readaptação;

VII- registrar os dados de maneira legível;

VIII- identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina;

IX- identificar-se, no caso odontológico, como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Odontologia;

Art. 4°- O servidor será submetido à perícia médica, esta realizada por profissional médico devidamente apto aos atos de sua profissão, se assim julgar necessária a administração municipal, devendo ser apresentado ao médico perito, no ato da perícia agendada, o atestado médico-odontológico, a prescrição medicamentosa relativa ao CID contante do atestado, as notas fiscais de farmácia dos medicamentos das prescrições citadas nos resultados de exames complementares relativos ao atestado e demais documentos eventualmente pertinentes e esclarecedores do caso em análise.

§1° O servidor que faltar injustificadamente, ao se recusar a apresentar-se no dia, local e horário indicado para realização de perícia médica, terá o seu atestado desconsiderado, computando-se as faltas sem prejuízo das punições previstas na legislação municipal em relação aos deveres e obrigações.

 $\S2^{\circ}$ O servidor comprovadamente impossibilitando de locomover-se poderá solicitar perícia médica a domicílio, desde que na região urbana da cidade.



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



§3° O médico, em função de perito, bem como o Setor de Saúde Ocupacional, somente deve aceitar atestados para avaliação de afastamento de atividades quando emitidos por médicos habilitados e inscritos no Conselho Regional de Medicina, ou de odontólogos também devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Odontologia;

§4° O médico perito poderá valer-se, se julgar necessário, de opiniões de outros profissionais afetos à questão para completa análise pericial do atestado apresentado.

§5º O atestado médico goza da presunção de veracidade, devendo ser acatado por quem de direito, salvo se houver divergência de entendimento pela perícia médica.

\$6 Em caso de indício de falsidade no atestado, detectado pela perícia médica, está o médico perito obrigado a representar ao Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, ou ao Conselho Regional de Odontologia, e, eventualmente, à Procuradoria Pública.

Art. 5° - O servidor deverá imediatamente comunicar à Administração a impossibilidade de comparecimento ao serviço, sendo que o atestado deverá ser obrigatoriamente apresentado em no máximo 02 (dois) dias úteis após atendimento que originou o atestado, ou da alta da internação hospitalar, para sua validade, sob pena de serem computadas as faltas, e consequentemente os descontos em sua remuneração.

 $\$1^\circ$ No caso de atestado expedido em feriado ou final de semana, contar-se-ão os dias remanescentes a partir do 1° dia útil sequinte.

 $\$2^\circ$ O servidor que estiver em atendimento médico-odontológico fora do município, que impossibilite o cumprimento do prazo previsto no







caput desse artigo, deverá apresentar o atestado dentro do prazo máximo de 03(três) dias úteis, nos mesmos moldes supracitados;

§3° Somente será aceito atestado médico-odontológico original, não sendo considerados quando entregues cópias, porém caso o tratamento seja fora do domicílio, poderá ser aceito o atestado médico-odontológico por e-mail, digitalizado, dentro do prazo de 02(dois) dias úteis após atendimento que originou o atestado, ou da alta de internação hospitalar, ocasião em que o original deverá ser entregue no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados a partir da mesma data, visando validação da cópia digitalizada entregue.

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 6°- Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou do companheiro(a), padrasto, madrasta, ascendente e descendente, enteado colateral consanguíneo ou afim até segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

§1º A licença acima de O5(cinco) dias somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30(trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante parecer de junta médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração;

 $\$3^{\circ}$ O servidor que, por motivo de doença em pessoa da família, gozar de licença por mais de 30 (trinta) dias durante o período aquisitivo, perderá o direito a férias.



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP www.ilhasolteira.sp.gov.br



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



Art.7º- A licença para tratamento de doença em pessoa da família dependerá, para ser concedida, da apresentação de atestado médicoodontológico comprovando a incapacidade do familiar e atestando a necessidade de acompanhamento do servidor, nas mesmas condições e prazos exigidos no artigo 5º desse Decreto;

Parágrafo único. Deverá haver declaração do servidor, devidamente assinada pelo mesmo, declarando a dependência de seu familiar, qual o grau de parentesco existente e justificando que a assistência direta do servidor é indispensável para o tratamento.

DO ATESTADO DE COMPARECIMENTO

Art.8°- O atestado de comparecimento será apresentado quando o servidor tiver necessidade de afastamento do trabalho para comparecer a consulta com profissional de saúde e/ou equipe multidisciplinar, bem como para realização de exames complementares e/ou laboratoriais, por necessidade da própria saúde ou de seu cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente e descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, devendo, nesse último caso, ser anotado no verso do atestado qual o grau de parentesco existente.

 $\$1\,^{\circ}$ A ausência do servidor para comparecimento, nos termos do "caput" desse artigo, não corresponde a incapacidade laborativa.

 $\S2^\circ$ O atestado ou declaração de comparecimento não gera licença, sendo somente justificativa de afastamento, que valerá para até meio período e/ou 04(quatro) horas de serviço, referentes ao dia que gerou o atendimento, caso o mesmo tenha ocorrido no município de Ilha Solteira, ou valerá para até 8(oito) horas de serviço e/ou o período integral, caso o atendimento tenha ocorrido em município diverso;







Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



§3° Deverá haver declaração do servidor, devidamente datada e assinada pelo mesmo, no verso do atestado/declaração, indicando o período necessário para o comparecimento;

\$4° O servidor deverá imediatamente comunicar à Administração a impossibilidade de comparecimento ao serviço, sendo que para atendimentos realizados dentro do município de Ilha Solteira, o atestado de comparecimento deverá, para a sua validade, ser obrigatoriamente apresentado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o atendimento que o originou, sob pena de serem computadas as faltas, e consequentemente os descontos em sua remuneração, sendo que para atendimentos realizados fora do município, o prazo de apresentação é de 03 (três) dias úteis;

§5° Somente será aceito atestado de comparecimento original, não podendo ser considerados quando entregues cópias, porém, caso o atendimento seja em município diverso, poderá ser aceito por e-mail, digitalizado, dentro do prazo de 02(dois) dias úteis após o atendimento que o originou, ocasião em que o original deverá ser entregue no prazo máximo de 15(quinze) dias após a sua emissão, visando a validação da cópia digitalizada entregue;

S6° Serão aceitos até 06(seis) atestados de comparecimento do servidor e até 06 (seis) atestados de acompanhamento familiar no período correspondente ao exercício do ano civil, exceto no caso de necessidade comprovada, por laudo médico, de tratamento de doença crônica(do servidor ou familiar) ou ocupacional(do servidor);

\$7° A chefia imediata fica obrigada a proceder ao devido registro do atestado de comparecimento junto à frequência do servidor, sob pena de responder administrativamente por sua omissão, sem prejuízo das demais sanções penais e cíveis ablicáveis ao caso concreto:





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



Art. 9° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n° 7281, de 01 de setembro de 2022.

Ilha Solteira, 28 de março de 2024.

OTÁVIO AUGUSTO GIANTOMASSI GOMES Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria, na data supra. Rodolfo César B. Martins







EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - CULTURA CREDENCIAMENTO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS E AUDIODESCRITOR

O Município de Ilha Solteira, através da Secretaria de Educação, Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, com observância da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); dos requisitos da ABNT NBR 16452:2016 – Acessibilidade em Comunicação – Audiodescrição; da Lei 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país e Lei nº 14.704/2023, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras); bem como demais normas complementares aplicáveis, torna público que estará CREDENCIANDO profissionais para a prestação de serviços de audiodescrição simultânea e tradução e interpretação de libras para a língua portuguesa e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo, pelo período de 12 meses (prorrogável por igual período) em eventos institucionais.

1. DO OBJETO

- 1.1 O presente edital visa o credenciamento de interessados em prestar serviços de audiodescrição simultânea e tradução e interpretação de libras para a língua portuguesa e vice-versa, para atender a demanda referente às reuniões institucionais e eventos artísticos e culturais do Departamento de
- 1.2 A prestação de serviço do credenciado, dar-se-á em caráter temporário e eventual, em data e evento a ser estabelecido pelo Departamento de Cultura de Ilha Solteira
- 1.3 Poderão participar do Credenciamento Pessoas Físicas e Jurídicas que se inscreverem e comprovarem estarem habilitadas a prestar os serviços descritos, conforme requisitos indicados
- 1.4 A contratação de serviços será feita considerando as propostas de maior pontuação, seguido pelo critério de disponibilidade do prestador de serviço de acordo com a demanda do Departamento de

2.1 Período de Inscrição - As inscrições para o Credenciamento serão realizadas a partir das 08h00 de 15/04/2024 até o dia 29 de dezembro de 2024, exclusivamente através do link: https://forms.gle/Sh8xnNpm2vmwd7QVA



Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SF





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira lo de São Pa



- 2.2 A publicação das propostas credenciadas ocorrerá mensalmente, na última sexta feira de cada mês, no Semanário Oficial do Município.
- 2.3 A convocação dos credenciados será efetivada de acordo com a demanda de atividades do Departamento de Cultura, considerando as propostas mais pontuadas e a disponibilidade do prestador de serviço.
- 2.4 A contratação do prestador de serviço para audiodescrição simultânea e tradução e interpretação de libras, objeto deste credenciamento, como pessoas físicas ou jurídicas, seguirá as diretrizes da Lei nº 14.133/2021

3. DOS REQUISITOS MÍNIMOS

- 3.1 Os profissionais indicados para a prestação de serviços de audiodescrição simultânea compreendida como aquela realizada ao vivo, porém sem roteiro, devendo o audiodescritor ser hábil e rápido para descrever as imagens que lhe são apresentadas – deverão apresentar documentos
- a) Experiência de trabalho em, ao menos, dois eventos;
- b) Curso superior ou técnico, preferencialmente da área de humanas;
- 3.2 Os profissionais indicados para a prestação de serviços de Intérprete de Libras, deverão apresentar um dos documentos abaixo que comprove sua capacitação para tal, conforme regula a
- a) Curso superior em Tradução e Interpretação em Libras Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras - Libras;
- b) Curso Superior em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa
- c) Curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras.

4. DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E DE SUA VIGÊNCIA

- 4.1. Serão considerados os seguintes critérios para habilitação e credenciamento:
- a) Análise da documentação exigida no item 3 e subitens para habilitação
- b) Pontuação por formação/titulação para definir a ordem de credenciamento
- 4.2 A somatória da pontuação por formação/titulação definirá a ordem para o credenciamento conforme tabelas abaixo:





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paul



CRITÉRIOS PARA AUDIODESCRITOR	PONTUAÇÃO
a) Formação:	Até 8 pontos
a.a) Curso superior;	3
a.b) Curso de educação profissional técnica de nível médio;	2
a.c) Curso de capacitação em audiodescrição.	1 ponto a cada 40 h – Máximo de 3 pontos
b) Experiência profissional:	Até 12 pontos
b.a) Experiência comprovada por evento;	1 ponto por evento – Máximo de 4 pontos
b.b) Experiência profissional especificamente em projetos vinculados a temáticas artísticas e culturais:	2 pontos por projeto/atividade – Máximo de 8 pontos
MÁXIMO CUMULATIVO TOTAL	20 PONTOS

CRITÉRIOS PARA TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS	PONTUAÇÃO
a) Formação:	Até 10 pontos
a.a) Curso superior em Tradução e Interpretação em Libras - Lingua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras - Libras;	
a.b) Curso Superior em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras-Lingua Portuguesa;	7
a.c) Curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras.	4
b) Experiência profissional:	Até 25 pontos
b.a) Experiência comprovada como docente ou instrutor de Língua Brasileira de Sinais em cursos de nível superior (tecnólogo, bacharelado ou licenciatura) nos últimos 5 anos;	1 ponto por semestre – Máximo de 10 pontos
b.b) Experiência comprovada como docente ou instrutor de Libras na Educação Básica nos últimos 5 anos;	0,5 ponto por semestre – Máximo de 5 pontos
b.c) Experiência profissional comprovada como intérprete de Língua Brasileira de Sinais nos últimos 5 anos;	0,5 ponto por atividade comprovada – Máximo de 10 pontos
 c) Experiência profissional especificamente em projetos vinculados a temáticas artísticas e culturais: 	1 ponto por projeto/atividade Até 15 pontos
MÁXIMO CUMULATIVO TOTAL	50 PONTOS



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



- 4.3 Para comprovação de experiência profissional serão aceitos declarações ou atestados emitidos pelo tomador do serviço bem como cópia digital de registro em carteira de trabalho, além de matérias de jornais, fichas técnicas de eventos e afins.
- 4.4 A convocação para contratação respeitará as propostas credenciadas e mais pontuadas e se dará mediante publicação no SOEM, indicando a data da solicitação para atuação em atividades que demandarem a contratação do serviço.
- 4.5 A remuneração será feita da seguinte forma:

MODALIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
Reuniões institucionais / Conselho de Cultura	hora	R\$ 162,50
Oficinas e Workshop	hora	R\$ 162,50
Apresentações artísticas (música, dança, teatro e afins)	hora	R\$ 162,50

5. DA RESPONSABILIDADE E DOS DEVERES

- 5.1 O CREDENCIADO deverá realizar a atividade no dia e horário indicados pelo Departamento de
- 5.2 Cumprir as condições constantes deste edital de Credenciamento.
- 5.3 Caso haja desistência, por decisão própria, deverá ser formalizada e enviada para o e-mail culturailhasolteira@gmail.com com, pelo menos, 7 dias de antecedência do evento, sob pena de descredenciamento

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1 O Departamento de Cultura de Ilha Solteira poderá, a qualquer tempo, revogar ou anular este Edital.
- 6.2. A INSCRIÇÃO ou mesmo a HABILITAÇÃO neste Chamamento não gera automaticamente obrigatoriedade de contratação dos serviços de tradução e interpretação de libras de forma regular. Estas serão formalizadas a critério e demanda do Departamento de Cultura
- 6.3 O credenciado isenta a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira de quaisquer obrigações relativas esas adicionais, como alimentação, transporte, hospedagem, entre outros
- 6.4 Está vedada a participação de servidores públicos municipais no presente chaman









6.5 O CREDENCIADO autoriza, em caráter permanente, o uso das fotos, filmes e imagens obtidas, bem como as obtidas por terceiros, onde estejam fixadas imagens do intérprete, com finalidade de divulgação, por qualquer tipo de mídia, das atividades institucionais da Prefeitura.

6.6 A participação no presente Chamamento implica a total aceitação das regras nele previstas e a ciência de que a inclusão da proposta no banco de dados constitui apenas uma das ferramentas de gestão do Departamento de Cultura, não gerando, para o proponente, qualquer direito subjetivo à contratação para a prestação dos serviços.

6.7 Informações complementares e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail com ou pelo telefone (18) 3743-6022 (whatsapp).

ANEXOS:

- I FICHA DE INSCRIÇÃO;
- II TABELA PARA PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO INTÉRPRETE DE LIBRAS;
- III TABELA PARA PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO AUDIODESCRITOR.

Ilha Solteira, 12 de abril de 2024.

DEPARTAMENTO DE CULTURA DE ILHA SOLTEIRA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – CULTURA CREDENCIAMENTO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS E AUDIODESCRITOR

Eu,						, insci	rito (a) i
CPF sob o nº				, porta	dor (a)	do	RG
		,	residente	e	dom	iciliad	o
						_, no	Municíp
de			, CEP _				
representante legal	da	pessoa	jurídica	(se	for	0	cas
					, insci	ita no	CNPJ so
o nº				,	sediada	no	endere
declaro que:							
				, no que	se refere	à obse	rvância o
declaro que:	gular perant	e o Ministér	io do Trabalho		se refere i	à obse	rvância o
declaro que: 1. Estou em situação reg	gular perant	e o Ministér o 7°, da Cons	io do Trabalho tituição Federal		se refere a	à obse	rvância c
declaro que: 1. Estou em situação reg disposto no inciso XXXI	gular perant III, do artigo rdo com os i	e o Ministér o 7°, da Cons termos do Ec	io do Trabalho tituição Federal dital;	;		à obse	rvância o
declaro que: 1. Estou em situação reg disposto no inciso XXXI 2. Tenho ciência e conco	gular perant III, do artigo rdo com os s e licitar e co	e o Ministér o 7°, da Cons termos do Ec ontratar com	io do Trabalho tituição Federal dital; a Administraçã	;		à obse	rvância c
declaro que: 1. Estou em situação reg disposto no inciso XXXI 2. Tenho ciência e conco 3. Não estou impedido de	gular perant III, do artigo rdo com os s e licitar e co	e o Ministér o 7°, da Cons termos do Ec ontratar com	io do Trabalho tituição Federal dital; a Administraçã	;		à obse	rvância c

ASSINATURA



aça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP www.ilhasolteira.sp.gov.br





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



ANEXO II – PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO INTÉRPRETE DE LIBRAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – CULTURA CREDENCIAMENTO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS E AUDIODESCRITOR

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	Insira aqui sua pontuação
a) Formação:	Até 10 pontos	
a.a) Curso superior em Tradução e Interpretação em Libras – Lingua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;	10	
ab) Curso Superior em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Lingua Portuguesa;	7	
a.c) Curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras.	4	
b) Experiência profissional:	Até 25 pontos	
b.a) Experiência comprovada como docente ou instrutor de Lingua Brasileira de Sinais em cursos de nível superior (tecnólogo, bacharelado ou licenciatura) nos últimos 5 anos;	1 ponto por semestre - Máximo de 10 pontos	
b.b) Experiência comprovada como docente ou instrutor de Libras na Educação Básica nos últimos 5 anos;	0,5 ponto por semestre – Máximo de 5 pontos	
b.c) Experiência profissional comprovada como intérprete de Lingua Brasileira de Sinais nos últimos 5 amos;	0,5 ponto por atividade comprovada – Máximo de 10 pontos	
c) Experiência profissional especificamente em projetos vinculados a temáticas artísticas e culturais:	1 ponto por projeto/atividade Até 15 pontos	
MÁXIMO CUMULATIVO TOTAL	50 PONTOS	

<u>É NECESSÁRIO ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA ANÁLISE.</u>

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solleira/SP





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira Estado de São Paulo



ANEXO III – PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO

Praça dos Paiaguás n.º 86 - Centro • (18) 3743-6000 • CEP: 15385 000 • Ilha Solteira/SP

AUDIODESCRITOR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 – CULTURA

CREDENCIAMENTO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS E AUDIODESCRITOR

CRITÉRIOS PARA AUDIODESCRITOR	PONTUAÇÃO	Insira aqui sua pontuação
a) Formação:	Até 8 pontos	
a.a) Curso superior;	3	
a.b) Curso de educação profissional técnica de nível médio;	2	
a.c) Curso de capacitação em audiodescrição.	1 ponto a cada 40 h – Máximo de 3 pontos	
b) Experiência profissional:	Até 12 pontos	
b.a) Experiência comprovada por evento;	1 ponto por evento – Máximo de 4 pontos	
b.b) Experiência profissional especificamente em projetos vinculados a temáticas artísticas e culturais:	2 pontos por projeto/atividade – Máximo de 8 pontos	
MÁXIMO CUMULATIVO TOTAL	20 PONTOS	

É NECESSÁRIO ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA ANÁLISI

